

# O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Reportagem de ADALBERTO MÁRIO RIBEIRO

**H**AVÍAMOS resolvido escrever para esta revista uma reportagem sobre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Adiávamos, porém, a execução da tarefa esperando por uma oportunidade; e esta nos veio naturalmente ao encontro, com as comemorações, a 29 de maio último, do "Dia do Estatístico", instituído justamente na data da instalação daquele órgão nesta Capital.

E, assim, através do próprio noticiário de imprensa sobre as comemorações da data conseguimos nos inteirar de

## COMO FOI CRIADO O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Melhor será transcrever o que a respeito foi divulgado, contido nesta nota divulgada pelos jornais.

"Comemora hoje o oitavo aniversário de sua instalação o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A idéia da criação desta entidade nasceu nos primeiros dias após a vitória da Revolução de 1930, através de um projeto levado ao exame do Governo da República por intermédio do Ministro da Educação, no sentido de criar-se o Instituto Nacional de Estatística e Cartografia. Em 1933, o então ministro da Agricultura, Sr. Juarez Távora, promoveu a reunião, nesta capital, de uma Comissão de técnicos, composta de um representante de cada Ministério, a qual, sob a presidência do Sr. Léo de Afonseca e tendo como relator o senhor M. A. Teixeira de Freitas, realizou exaustivos estudos sobre as deficiências da organização estatística então vigente no Brasil e conjugou num projeto — para cujo preparo serviu de base o plano anterior — os resultados de suas conclusões.

## A CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Às vésperas do país retomar a normalidade constitucional, em 1934, foi baixado o decreto que criou o Instituto Nacional de Estatística, ficando assim sacrificado o plano primitivo, na parte referente aos serviços geográficos. Instalado em 29 de maio de 1936, no próprio Palácio do Catete, junto à Secretaria da Presidência da República, o I.N.E. convocou imediatamente a Convenção Nacional de Estatística, pela qual se solidarizaram os poderes executivos da União e das Unidades Federadas, para o ordenamento e a planificação sistemática das estatísticas brasileiras, conferindo-se ao Instituto, por outro lado, a responsabilidade de delegatário dos governos, nos

três setores de nossa organização política: o federal, o estadual e o municipal.

O êxito obtido, em curto prazo, pela nova organização dada ao sistema estatístico brasileiro, afastou dentro em pouco os obstáculos que se haviam oferecido à consecução do plano inicial do Instituto.

## A CRIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Criado em princípios de 1938 o Conselho Nacional de Geografia, ficava integrada a sua estrutura definitiva, constituída por duas grandes alas de serviços: a que acabava de ser colocada sob a responsabilidade do novo órgão e a que vinha sendo tecnicamente orientada pelo Conselho Nacional de Estatística. Ao mesmo tempo, era mudada a sua denominação para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou seja esse I.B.G.E. a cujo esforço renovador já se habituaram a fazer justiça todos quantos se detêm no exame das suas admiráveis realizações.

## OS PRIMEIROS FRUTOS DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO

Em oito anos apenas de atuação, o Instituto transformou por completo o conceito da estatística brasileira dentro e fora do país, do que são provas os expressivos pronunciamentos que tiveram a seu respeito o Oitavo Congresso Científico Americano, reunido em Washington, e o Segundo Congresso Interamericano de Municípios, realizado no Chile, quando não a circunstância de haver sido conferida a um brasileiro a primeira presidência do Instituto Interamericano de Estatística. Aí estão, por outro lado, o "Anuário Estatístico do Brasil" — um dos mais completos e perfeitos do mundo, — com as suas numerosas Sinopses Regionais e por assuntos, e ainda outras em inglês e esperanto. No setor da geografia, cumpre não esquecer a campanha memorável em prol da sistematização da divisão territorial do país, que, além de obedecer atualmente a critérios racionais e uniformes, é baixada para vigência sem modificações pelo prazo mínimo de um quinquênio. Merece referência, por fim, a realização do Recenseamento Geral de 1940, sob a responsabilidade direta do Instituto.

## O INSTITUTO AMPLIA A SUA ATUAÇÃO TÉCNICA E CULTURAL

Ampliando cada vez mais a sua atuação técnica e cultural, o I.B.G.E. inicia o seu nono ano de atividade com o prestígio inteiramente conso-



lidade em todo o país, como uma das nossas mais eficientes entidades administrativas. Os seus esforços se voltam, no momento, para um plano de trabalhos do mais relevante alcance nacional, em virtude das atribuições que lhe conferiu o decreto-lei n.º 4.181, visando assegurar, como o exigem os interesses da segurança do país, o mais elevado grau de eficiência aos levantamentos estatísticos de caráter municipal. Nesse sentido, foram celebrados Convênios nas diversas Unidades Federadas, em virtude dos quais será transferida ao Instituto a responsabilidade da manutenção dos serviços estatísticos dos Municípios.

Na atual emergência, o I.B.G.E., cujas Seções de Estatística Militar são órgãos colaboradores do Conselho de Segurança Nacional e dos Estados Maiores das Forças Armadas, vem prestando assinalados serviços à planificação do esforço de guerra do país, fornecendo às autoridades competentes os elementos obtidos nas suas pesquisas normais e executando inquéritos especiais, inclusive o levantamento dos estoques e outros índices econômicos".

#### COMO TRABALHA O I.B.G.E.

Só com a transcrição da nota acima pudemos informar aos leitores da *Revista do Serviço Público* como foi criado o I.B.G.E., adiantando-lhes também informações, em linhas gerais, da atuação desse órgão nos seus oito anos de existência.

Podemos agora dar início propriamente à nossa reportagem, visitando a sede do Instituto, instalada no 11.º andar do edifício d'A Noite.

Íamos, portanto, começar uma reportagem que sempre mantivemos no programa de nossa colaboração à *Revista do Serviço Público*.

À distância sentíamos, entretanto, o peso da tarefa, o peso e a responsabilidade, e daí o receio natural de executá-la.

Mas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística haveria mesmo de constituir uma destas contribuições mensais que, desde 1938, vimos oferecendo ao órgão oficial do D.A.S.P., o adiamento da execução desse trabalho torturava-nos um pouco, e impunha-se, afinal, dar-lhe cabo de uma vez.

Em situação idêntica havíamos estado quanto à Casa de Ruy Barbosa; mas um dia o nosso grande animador Dr. Paulo Vidal fez-nos sentir, quando Diretor do Serviço de Administração do D.A.S.P., a possibilidade de enfrentá-la, pois, dizia ele, "bastava que fizéssemos uma reportagem como as anteriores, de simples registro do que víssemos e sentíssemos em casa de Ruy".

Mas, esse "víssemos e sentíssemos" sobretudo o "sentíssemos", não era nada para o escritor, jornalista e diplomata Paulo Vidal. E, no entanto, para nós, um mundo de coisas difíceis e complicadas.

Não exageramos. Era o que realmente nos fazia hesitar.

Os leitores da *Revista do Serviço Público* sabem já o que aconteceu: cometemos uma reportagem sobre a casa de Ruy...

Agora vamos descrever, à nossa moda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Uma referência ligeira a algumas de suas seções, e toca a andar. Nem pode ser de outra forma.

E é pena que assim seja, pois em vez de uma só reportagem, deveríamos realizar uma série delas, que depois dariam, enfileiradas, grosso volume. Pela estrutura do I.B.G.E. ver-se-á facilmente a extensão e a complexidade de suas atividades, executadas por numerosos órgãos que lhe são subordinados diretamente ou com ele mantêm contato constante, em recíprocas comunicações.

Primeiro vamos publicar a estrutura do Conselho Nacional de Geografia e depois a do Conselho Nacional de Estatística.

Antes da inserção dos dois esquemas que lhes são referentes, melhor será ir soltando algumas notas colhidas no início desta reportagem.

#### NA SEDE DO I.B.G.E.

No edifício d'A Noite, tomamos rapidíssimo elevador, que nos deixou num instante no 11.º andar. Pouco antes havíamos estado na Biblioteca Nacional, onde nos distraímos e tomamos um elevador de que só as pessoas incautas se servem: é um alcapão perigoso que está ali armado para pregar bons sustos aos que supõem tratar-se mesmo de um elevador, pela sua apresentação natural. Dizem que o monstro já tem sua história, repassada de magníficos episódios tragi-cômicos. Quanto a nós, não houve nada de maior quando dele nos servimos. Notamos-lhe apenas incrível morosidade e uns arrancos esquisitos e angustiosos... Poderia ser pior. Sem dúvida que poderia.

Mas que diferença o elevador d'A Noite!

Fechando-se os olhos tem-se a impressão até que se está subindo para o céu, sobretudo se a viagem se faz entre anjos terrestres...

E, assim, com tão boa disposição de espírito, fomos falar ao secretário geral do I.B.G.E. Foi outro momento de agradável satisfação. O Dr. M.A. Teixeira de Freitas é um criador de pequenos mundos, de suave clima, em que se vê e sente as coisas com cordialidade e prazer, pois se ele as sabe dispor com admirável "fair-play" e contagiante satisfação! De saudável otimismo, procura sempre observar e depois nos ensinar a distinguir nitidamente aquilo que o Brasil já tem de grandioso, ou precisa ter, desde que se trabalhe com amor e decisão. Suas vistas alcançam os mais afastados recantos do país, procurando devassá-los nos seus mínimos detalhes, seja na apresentação física, seja nos costumes de seus habitantes. Alcançam e os tornam depois conhecidos por intermédio das várias seções do grande Instituto sabiamente dirigido pelo Embaixador Macedo Soares, que tem a seu lado esse patriota incansável, guia seguro de excelente equipe de colaboradores, que com ele mourejam diariamente na divulgação exata e precisa da vida nacional.

Nesse primeiro encontro com o Dr. Teixeira de Freitas, dissemos-lhe do nosso propósito de escrever



sobre o Instituto, adiantando-lhe, porém, que não conhecíamos precisamente a estrutura da casa.

— Muito bem. Vou lhe fornecer dois folhetos indispensáveis a esse conhecimento.

E pouco depois recebíamos as referidas publicações: “Sistema geral dos Serviços Geográficos e Estatísticos Brasileiros — Esquema Estrutural” e “Ordenação geral dos assuntos da Estatística Brasileira — Esquema fundamental”.

Além desses dois folhetos, ofereceu-nos depois o Dr. Teixeira de Freitas este outro: “Educação e Estatística — Breve documentário oferecido aos professores-alunos do Curso de Férias levado a efeito pela Associação Brasileira de Educação em 1941”.

Nessa atraente publicação, fomos encontrar esta

“MENSAGEM DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA  
E ESTATÍSTICA A SUA SANTIDADE  
O PAPA PIO XII

Beatíssimo Padre,

O Conselho Nacional de Estatística, um dos colégios dirigentes deste Instituto, aprovou, na última sessão de sua assembléia geral, verificada em julho do corrente ano, a Resolução n.º 127, na qual apresenta ao Governo do Brasil as diretrizes que lhe parecem essenciais à acertada orientação da política social brasileira. Órgão oficial, destinado a subministrar aos altos poderes do Estado as informações indispensáveis à sábia e prudente direção administrativa, cultural e social do país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está sinceramente convencido de que a solução profunda e prática dos múltiplos problemas impostos pela organização da sociedade moderna deve ser larga e compreensivamente humana. Ao lado dos fatores técnicos de ordem econômica, jurídica e social, cumpre-lhe apelar para a influência insubstituível e decisiva dos valores morais. Em vez de pregar a divisão dos corações e a luta das classes, importa intensificar os altos e nobres sentimentos de solidariedade e exaltar os benefícios salutaros de uma paz fundada nas exigências da justiça e nas dedicações da caridade. A doutrina social da Igreja Católica, inspirada nas lições divinas do Evangelho e no profundo conhecimento da natureza humana, afigura-se-lhe, por isso, não só a mais harmoniosamente afinada com as tradições históricas de um povo que nasceu e se formou à sombra protetora da Cruz, senão também a mais eficientemente adaptada às exigências múltiplas e complexas do nosso reajustamento social. Cristão desde os primeiros dias de sua existência, deseja o Brasil, fiel ao seu batismo, realizar tôdas as conquistas de seu progresso numa atmosfera de justiça e de paz, impregnada tôda dos ensinamentos do Evangelho.

Animado desta íntima persuasão, julgou o Instituto dar às considerações inspiradoras de sua resolução o mais expressivo relevo e a chance de uma consagração singular com o apelo “à mais

alta, mais exigente e mais universal autoridade moral no seio da sociedade humana — a do Soberano Pontífice da Igreja Católica”.

Como Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e como católico sincero, pareceu-me dever de filial homenagem levar ao conhecimento de Vossa Santidade a notícia de uma resolução que representará sem dúvida para o coração paterno de Vossa Santidade, tão amigo do Brasil e tão dedicado aos interesses superiores da paz e do amor entre os homens, uma fonte de consolação e, para os nossos trabalhos e esforços, assim o esperamos, o conforto de uma bênção do Pai Comum da Cristandade.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1939

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES”.

E agora vamos reproduzir

“A resposta de Sua Santidade, o Papa Pio XII,  
à mensagem do Instituto

De Sua Eminência o Cardial Luiz Maglione, Secretário de Estado do Vaticano, recebeu o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto, a seguinte expressiva carta:

“Excelência,

Com a mais viva e agradável satisfação acolheu Sua Santidade a inspirada Mensagem que Vossa Excelência lhe quis dirigir em nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ao exprimir a Vossa Excelência e aos membros do Instituto o reconhecimento pela deferente homenagem que lhe foi prestada, Sua Santidade compraz-se em enaltecer o espírito cristão e humano que a inspirou e justifica as mais arrojadas esperanças acerca do êxito das previdentes e sábias iniciativas às quais dedica o Instituto os mais nobres esforços.

Com este cordial auspício, o Santo Padre invoca sobre Vossa Excelência e sobre o Instituto a que consagra as suas preciosas energias os dons celestes de que é penhor a Bênção Apostólica.

De Vossa Excelência devotíssimo,

(a) L. Card. MAGLIONE”.

A SUGESTÃO DE UM JORNALISTA

O Dr. Teixeira de Freitas, depois de passar em revista, ligeiramente, as relações do Instituto com as instituições culturais a que suas atividades se acham ligadas, no país e no estrangeiro, referiu-se às solenidades comemorativas do oitavo aniversário da instalação do I.B.G.E. e às manifestações espontâneas e confortadoras de regozijo de numerosas instituições e “ibgeanos” desta capital e dos Estados, reveladas através de grande cópia de telegramas, que nos mostrou. Teve ainda em seio, o Dr. Teixeira de Freitas, de ressaltar o valioso



apoio do Presidente Vargas a todas as iniciativas do Instituto, que vai ter sede condigna, em grande edifício, no local onde se acha o Silogeu.

Em meio de nossa palestra com o secretário geral do I.B.G.E., fomos apresentados ao Dr. Valdemar Lopes, que, "como jornalista, poderia ver o que seria interessante para uma reportagem sobre o Instituto". E assim o Dr. Teixeira de Freitas nos aproximou desse seu assistente, que nos deu logo impressão de ser muito experimentado, dizendo-nos:

— Antes de o senhor iniciar sua reportagem, conviria ler o relatório das atividades do Instituto em 1943 e que acaba de ser publicado. Conhecendo-as, embora limitadas apenas a um exercício, fácil lhe será depois compreender todos os serviços em andamento aqui e em outros setores do Instituto.

E pensamos *baixinho*, considerando bem a sugestão do funcionário-jornalista:

— Este é mesmo do *brinquedo*. Sabe bem como se faz muitas vezes uma boa reportagem sobre coisas as mais complicadas e distantes, sem se sair da redação do jornal... Aliás, o verdadeiro jornalista, o verdadeiro e o mais exato, é assim...

Mas, quanto a nós, o jornalista "ibgeano" não estava, absolutamente, com outra intenção que a de nos orientar com segurança na tarefa que desejávamos executar não de longe, mas muito de perto.

E o relatório veio, e a promessa de lê-lo também, e os agradecimentos pela oferta preciosa soltamos, entre apertos cordiais de mão, e, quando vimos, descíamos espremidos no elevador, no meio de um mundo de gente que, àquela hora, 5 da tarde, saía ansiosa de todos aqueles escritórios do edifício d'A Noite para correr e depois ficar parada uma hora na fila, à espera do ônibus salvador e torturante, coisa ruim, danada, de que ninguém escapa, ninguém se livra!

#### UM ROTEIRO PRECIOSO

E lemos, afinal, o relatório. Lemos e gostamos. O jornalista Waldemar Lopes tinha razão, e foi sincero. Nem há dúvida!

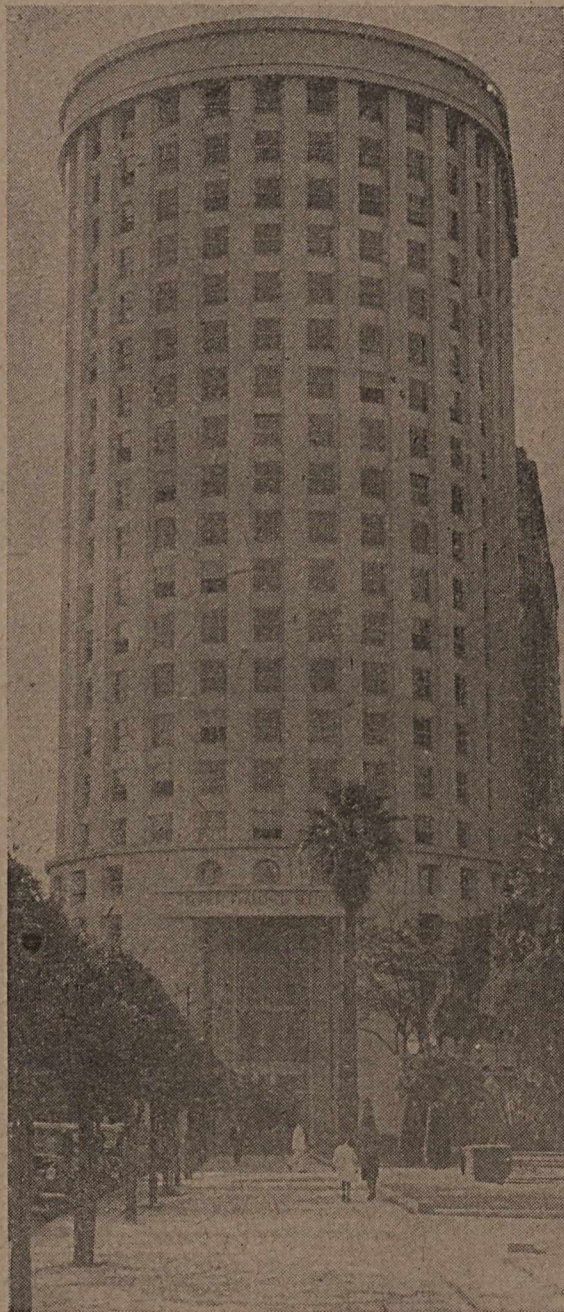
O relatório passou a ser o nosso roteiro. Por ele se pode apreciar devidamente a extensão, o valor da difícil tarefa de se revelar com clareza e sinceridade aos próprios brasileiros o que é o Brasil. E as dificuldades da execução desse trabalho são apenas estas: "vastidão do território, deficiência dos transportes e comunicações e dispersão dos núcleos demográficos, para não referir, sobretudo, a fraca receptividade do ambiente social, determinada pela ausência de qualquer tradição estatística".

Pois bem; com todos esses sérios entraves, vai o Instituto realizando obra notável, definitiva, que há muito deveria ter sido iniciada no Brasil.

Devemos confessar à pureza que as atividades do Conselho Nacional de Geografia agradaram-nos mais que as mencionadas no relatório do Conselho Nacional de Estatística. Talvez estejamos cometendo uma hereja. Talvez. Que os bons "ibgeanos" nos desculpem...

E, terminando a leitura do relatório, ficamos ansiosos por visitar a sede do Conselho Nacional de Geografia

e percorrer-lhe todas as dependências. Tudo concorria para isso, até a distância: a Secretaria Geral do I.B.G.E. é, como já dissemos, no edifício d'A Noite, à praça Mauá, e a sede do Conselho Nacional de Geografia aqui na Cinelândia, no Edifício Francisco Serrador.



Edifício Francisco Serrador, onde o Conselho Nacional de Geografia tem sede, instalada no quarto e no quinto andares

Telefonamos, então, ao Dr. Teixeira de Freitas, para dizer-lhe que iríamos iniciar por cá a nossa reportagem. E sua resposta foi de plena aprovação à rotina que resolvêramos estabelecer para confecção deste trabalho. Foi mais longe na sua gentileza: disse-nos que nos recomendaria por telefone ao engenheiro Fábio de



Macedo Soares Guimarães, chefe da Seção de Estudos Geográficos, no momento respondendo pelo expediente do Conselho, na ausência do diretor, engenheiro Christovam Leite de Castro, em viagem por diversos países da América, a serviço do I.B.G.E. e visando coordenar providências para maior êxito da próxima II Conferência Panamericana sobre Geografia e Cartografia.

#### NA SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

— Quinto andar.

Saltamos numa sala de espera, onde se encontra a portaria do Conselho e que é também um Museu Geográfico.

Vem ao nosso encontro o Dr. Fábio de Macedo Soares Guimarães. Conversamos um pouco e depois percorremos a casa. O Conselho ocupa o quarto e o quinto andares do edifício, e ainda precisa de mais espaço. A intensidade e a extensão de seus serviços surpreenderam-nos.

#### NA CARTEIRA DE INTERCÂMBIO E PUBLICIDADE

O traço de união entre o Conselho e a imprensa é o jornalista Carlos Pedrosa, chefe da Carteira de Intercâmbio e Publicidade (C.I.P.). Sua mesa está atulhada de jornais e revistas. De vez em quando um visitante ilustre, estudioso de assuntos geográficos, procura-o a fim de conseguir informação sobre tal ou qual publicação de interesse no momento — artigo, entrevista ou notícia que teria sido publicada, mas que ignora onde o foi.

— Ah! então é o senhor que envia todas as semanas para o *Correio da Manhã* aquela notícia das tertúlias geográficas das quintas-feiras aqui no Conselho?

— A nossa Carteira procura sempre divulgar as atividades do Conselho valendo-se do valioso concurso da imprensa em geral do país.

— Será, decerto, interessante para a *Revista do Serviço Público* revelar alguma coisa aos seus leitores sobre

#### AS TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS

Dissemos ao chefe da C.I.P., visando colher as primeiras informações a respeito.

E o Sr. Carlos Pedrosa reporta-se então à apreciação do professor Everardo Backheuser sobre essas tertúlias, feita num "Comentário do Mês" do *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*, n.º 2, de maio de 1943, acrescentando:

— Aqui está o que o insigne professor afirmou, e não preciso encarecer o valor dos conceitos por ele emitidos sobre as nossas tertúlias. Leia este trecho:

"Vale a pena assistir a essas reuniões. Técnicos e leigos, professores e estudantes, homens com responsabilidade de governo e iconoclastas demolidores de preconceitos, toda gente, velhos e moços, todos lucraram em assisti-las. Cordiais e amenas, sobre o fundo seguro de finalidades científicas, de vez em vez, percorre o ambiente um

leve sorriso por algum dito de espírito que haja espoucado no ardor das discussões, até hoje mantidas, com o favor de Deus, em atmosfera de finura e elegância.

As reuniões tomam o aspecto de conversa, mas de conversa a sério, com perguntas incisivas e respostas eruditas. A larga mesa é retangular, quase quadrada, mas, de fato, sem solenidades de presidência, parece a tábua redonda, onde todos se assentam com iguais direitos. A coordenação científica a cargo do professor FRANCIS RUELLAN, um homem encantador e um geógrafo de pulso, fala na hora da síntese final, mas não se atordoa ou agasta com as impertinências de algum caturra que deseje "maiores esclarecimentos". E LEITE DE CASTRO, que é afinal o presidente e a força propulsora das *Tertúlias*, também não se impõe em brados de comando e vibrações de tímpano, antes escuta atento as opiniões e as controla para resumí-las quando a prolixidade de algum orador tropical se perdeu nos meandros de minudências".

Visivelmente satisfeito ao terminar a leitura dessa apreciação do professor Backheuser, acrescentou o senhor Carlos Pedrosa:

— Sobre a oportunidade de realização das tertúlias, é ainda desse professor esta observação:

"Surtem as *Tertúlias* no oportuno momento. E é oportuno o momento porque, como dissemos de início, a geografia atravessa agora fase de reconfortante euforia. Nasceram na hora em que poderiam nascer. Nem antes nem depois. No justo momento. Tentativas anteriores teriam de ser, como foram, frustradas por precoces e intempestivas. O "meio" ainda estava inadaptado a elas. Mas, se fôra retardado seu aparecimento, encontrariam acaso já em declínio essa fase efusiva, exatamente à mingua de incentivos estimulantes para novos trabalhos, como elas o são.

O que tudo quer dizer que os Srs. Embaixador MACEDO SOARES e Dr. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO tiveram êsse senso que caracteriza os grandes líderes: o senso da oportunidade.

As *Tertúlias* são partes de um plano vasto, bem concebido. Delineia sua armadura a resolução 117, de 2 de dezembro de 1942. Guardemos a data — 2 de dezembro de 1942 — que por certo será sempre grata aos geógrafos brasileiros. Recordá-la-emos por muito tempo.

Mas essa resolução 117, que regula o funcionamento das *Tertúlias*, é ela mesma efeito de um outro movimento, também de largo âmbito, traçado, ainda, pela mão do egrégio Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o preclaro Embaixador MACEDO SOARES.

Em princípios de novembro do ano passado, êsse eminente compatriota lançou a sua decisiva "proclamação aos geógrafos do Brasil". Tal proclamação foi, no nosso campo científico, conse-



## SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

	A — ORGÃO ADMINISTRATIVO — Secretaria Geral do Conselho.			
I — Conselho Nacional de Geografia  (Orientação e coordenação gerais) — Criado pelo Decreto n.º 1.527, de 24 de Março de 1937, e regulamentado pela Resolução n.º 31, de 10 de Julho do mesmo ano, da Assembleia Geral do C. N. E.	B — Órgãos deliberativos.....	Assembleia Geral.....	(Os membros do Diretório Central, representando a União Federal, os presidentes dos Diretórios Regionais, representando as Unidades Federadas e dois representantes das organizações particulares integradas). — Reúne-se ordinariamente em uma sessão anual, inaugurada a 1.º de Julho, em reunião conjunta com a A. G. do C. N. E., sob a presidência do Presidente do Instituto.	
		Diretório Central.....	(O Presidente do Instituto, o Diretor do Serviço de Geografia, e Estatística Fisiográfica como Secretário Geral do Conselho, um delegado técnico de cada Ministério, um representante especial do Ministério da Educação e Saúde, pelas instituições oficiais do ensino de Geografia, um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, como elemento articulador das relações internacionais do Conselho, um representante do Governo do Distrito Federal e um representante do C. N. E.).	
		Diretórios Regionais.....	Nos Estados e no Território do Acre (Composição variável, mas guardada a possível analogia com o Diretório Central).	
	C — Órgãos opinativos.....	Comissões Técnicas.....	4 "Comissões Técnicas Permanentes" (Levantamentos territoriais, Cartografia, Fisiografia, Geografia Humana); tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias.	
		Corpo de Consultores Técnicos.....	Consultoria nacional articulada com o Diretório Central (40 membros eleitos pela A. G. do Conselho); 21 Consultorias Regionais articuladas com os respectivos Diretórios Regionais (5 a 20 membros cada uma, eleitos pelo Diretório Central).	
		Órgão Executivo Central.....	SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA FISIOGRAFICA (Criado pelo Decreto Lei n.º 1.360, de 20 de Junho de 1939).	
II — Quadro Executivo  (Cooperação federativa)	A — Organização federal.....	Órgãos cooperadores		DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL { Divisão de Geologia e Mineralogia Divisão de Águas Divisão de Fomento da Produção Mineral
			M. da Agricultura....	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL: Divisão de Terras e Colonização. DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL: Divisão de Caça e Pesca. CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONOMICAS: Instituto de Ecologia Agrícola. SERVIÇO FLORESTAL SERVIÇO DE METEOROLOGIA
				INSPETORIA FEDERAL DAS OBRAS CONTRA AS SECAS DEPARTAMENTO FEDERAL DE ESTRADAS DE FERRO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO
			M. da Viação.....	DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO
			M. do Trabalho.....	MUSEU NACIONAL OBSERVATORIO NACIONAL
			M. da E. e Saúde....	DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO
			M. da Fazenda.....	DIVISÃO DE FRONTEIRAS
			M. do Exterior.....	ARQUIVO NACIONAL
			M. da Justiça.....	SERVIÇO GEOGRAFICO E HISTORICO DO EXERCITO — DIRETORIA DE NAVEGAÇÃO (Colaboração condicionada)
			Ms. Militares.....	TERRITÓRIO DO ACRE: Departamento de Geografia e Estatística. — AMAZONAS: Secretaria Geral do Estado. — PARA: Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação. — MARANHÃO: Diretoria de Obras Públicas. — PIAUI: Departamento Estadual de Estatística. — CEARA: Diretoria de Viação e Obras Públicas. — RIO GRANDE DO NORTE: Secretaria Geral do Estado. — PARAIBA: Departamento Estadual de Estatística. — PERNAMBUCO: Departamento Estadual de Estatística. — ALAGOAS: Diretoria de Viação e Obras Públicas. — SERGIPE: Departamento Estadual de Estatística. — BAHIA: Diretoria dos Serviços Geográficos. — ESPÍRITO SANTO: Instituto de Geografia, Geologia e Hidrologia. — RIO DE JANEIRO: Departamento de Engenharia. — DISTRICTO FEDERAL: Departamento de Geografia e Estatística. — SÃO PAULO: Instituto Geográfico e Geológico. — PARANÁ: Departamento de Geografia, Terras e Colonização. — SANTA CATARINA: Diretoria de Geografia e Terras. — RIO GRANDE DO SUL: Diretoria Geral de Agricultura. — MATO GROSSO: Repartição de Terras e Obras Públicas. — GOIÁS: Departamento de Geografia e Cadastro. — MINAS GERAIS: Departamento Geográfico
				Repartições funcionando como órgãos centrais de geografia
			B — Organização regional.....	
			C — Organização local.....	





C.N.G. — Aspecto tomado durante uma das reuniões semanais da Comissão da Carta Geral do Brasil

qüência da declaração de guerra em que o Brasil acabava de entrar. Era necessário, em tôdas as esferas, congregar esforços, reunir as boas vontades, coordená-las para maior glória do país. Os geógrafos, quando compenetrados de sua missão, são os que mais a fundo e mais variegadamente colocam em foco os problemas do Brasil. Examinam-nos à luz da teoria, mas os resolvem com objetivos práticos. Não são empíricos que ajuízam pelas aparências; são cientistas que vão às raízes. E todos os grandes problemas da política brasileira têm, na realidade, caracteres geopolíticos, e a a geopolítica precisa, para dar passos seguros, do apoio ininterrupto da geografia.

A proclamação brilhante de MACEDO SOARES teve repercussão. A sala, cheia, vibrou. Era preciso trabalhar. Era preciso realizar. Era preciso enfrentar as nossas questões, múltiplas, várias, policrômicas, de índole geológica, de feitio econômico, de aspecto social. A geografia, se cientificamente os focalizou, os iluminará aos olhos de todos os homens de boa vontade.

Foi então que entrou em execução um sábio plano comportando sessões, em ritmo mensal, de exposição de uns quantos desses problemas do Brasil e outras reuniões, "em compasso semanal", para esplanar questões ventiladas anteriormente ou outras que fôssem surgindo do entrecho dos debates.

A primeira sessão plena foi no último dia do ano passado. A sala *Varnhagen* do Instituto Histórico, também superiormente presidido pelo Em-

baixador MACEDO SOARES, encheu-se de um escol de personalidades quer de nossa especialidade, quer de ciências afins. A garrida mocidade, que é a nossa esperança de velhos, lá estava também. Três dissertações que foram três mimos de intelectualidade vicejante. RUELLAN, LÍSIAS RODRIGUES e FRANCISCO DE SOUSA abordaram temas de didática da geografia, de hidrologia e de meteorologia. Todos saímos da reunião instruídos e edificadas. Os parabens que dávamos a MACEDO SOARES, a LEITE DE CASTRO e aos oradores melhor seriam entendidos por agradecimento. Voltamos para casa satisfeitos por têmos vivido até aquela data".

Assinalamos em seguida no *Boletim* o trecho acima, pensando na sua reprodução nesta reportagem, o que acabamos agora de fazer com justa satisfação.

"O SENHOR JÁ ESTÁ ME PARECENDO  
UM "IBGEANO"...

Começamos a observar o modo de o Sr. Carlos Pedrosa referir-se à vida do Conselho. Sempre com precisão admirável, ia direitinho a tal ou qual número do *Boletim* ou da *Revista*, onde situava facilmente um artigo, uma notícia ou uma linha de referência a matéria já estudada no Conselho ou atinente a assunto por ele há tempos focalizado. Ora, essa certeza e segurança no trabalhar não revelam só boa memória, mas grande interesse e entusiasmo pela tarefa a que o executor se entregava. Que coisa extraordinária se, em toda a burocracia na-



cional, houvesse meio de se atribuir a cada funcionário função de seu agrado! Ali estava belo exemplo dêse ajustamento perfeito, que não poderá ter-se verificado por mera coincidência.

No I.B.G.E. há de haver por força um segredo qualquer, *mandinga* ou coisa semelhante, que permite à sua direção escolher bons auxiliares. Ali se faz proselitismo de trabalho, como, em certas correntes religiosas, procedem seus praticantes, na conquista de novos correligionários...

Essa impressão nos assalta quando, de repente, ao fazermos uma indagação, o Sr. Carlos Pedrosa nos observou, sorrindo:

— O senhor já me está parecendo um "ibgeano"...

#### DESCOBRINDO E REVELANDO

O C.N.G. procura despertar, em todos os recantos do Brasil, interesse por assuntos geográficos. Não despreza a contribuição que lhe oferecem espontaneamente, de forma direta, nem aquela de que toma conhecimento por indicação de terceiros ou, mesmo, casualmente, pela leitura nos jornais de uma referência a uma novidade geográfica interessante.

Exemplo: No Crato, lá no interior do Ceará, alguém publica qualquer coisa sobre o linguajar da região ou sobre a falta de transportes, ou, ainda, sobre uma excursão a determinado trecho da serra de Baturité. O autor do trabalho, que muitas vezes ignora até a existência do Conselho, recebe dêste, um dia, amável carta sobre a publicação feita e lhe remete, por sua vez, aquelas que julga poder interessá-lo.

O efeito dessa conduta é admirável: começam as relações entre o Conselho e o cearense estudioso, que fica ainda mais contente quando sabe que nas tertúlias geográficas aqui no Rio de Janeiro, em plena Cinelândia, seu nome e seu trabalho foram objeto de consideração de estudiosos e mestres experimentados em questões geográficas.

A Carteira de Intercâmbio e Publicidade já iniciou outro trabalho, que faz lembrar o do *Lux-Jornal*, sem outra finalidade que a de ser útil aos estudiosos de assuntos geográficos.

Descobrimos uma referência a determinado trabalho, a qual possa interessar ao autor dêste, escreve-lhe logo uma carta mencionando-lhe a referência e a origem.

Se alguém quiser saber o que há de mais recente no país sobre geografia, a Carteira lhe dará as informações necessárias, indicando as obras publicadas.

Muitas vezes, determinado material, de grande valor para os estudiosos, encontra-se registrado em relatórios burocráticos que enfeixam uma série de outras notícias, que abafam por completo aquilo que deveria ter a máxima divulgação.

— Mas aqui na Carteira, os senhores já descobriram alguma coisa assim esquecida em relatórios oficiais?

— Pois não! Theodoro Sampaio fez, encarregado pelo governo, um levantamento às margens do rio São Francisco. Fomos encontrá-lo, muitos anos depois, abafado entre portarias, avisos e outros atos ministeriais. Procuramos dar vida a essa preciosa contribuição ao es-

tudo da geografia e hoje está ela devidamente registrada em nosso fichário e copiada para consulta.

E o Sr. Carlos Pedrosa nos dá outro exemplo:

— Em um relatório do antigo Ministério de Viação, Obras Públicas e Agricultura, descobrimos um trabalho do Barão do Rio Branco sobre o café e no qual preconiza a necessidade da intervenção oficial regulando esse ramo de nossa produção vegetal.

— E, aos poucos, com essas exumações — não há exagero na expressão — disse-nos sorrindo o Sr. Carlos Pedrosa, o Conselho Nacional de Geografia vai enriquecendo a bibliografia nacional no campo geográfico, além de sua própria contribuição.

E cita outro caso:

— Chandless, o explorador do Amazonas, tem os seus trabalhos igualmente abafados em relatório do antigo Ministério da Agricultura. Como o de Rio Branco e outros, acham-se hoje aqui fichados e podem facilmente ser consultados. E talvez para a sua reportagem seja bom tomar conhecimento disto: aqui estão 58 páginas impressas da *Revista* só de bibliografia amazônica — livros e estudos existentes na biblioteca do Conselho Nacional de Geografia.

#### CURSO DE CARTOGRAFIA

O C.N.G. procura aperfeiçoar os conhecimentos técnicos dos desenhistas e cartógrafos das repartições estaduais pertencentes ao sistema estatístico-geográfico nacional. Para isso organizou o Curso de Cartografia, instalado aqui no Rio a 17 de agosto de 1942.

Nesse dia, falando na solenidade, o professor Rudolf Langer, lente de desenho cartográfico do curso, fez interessante exposição sobre a sua cadeira, focalizando o programa a ser seguido em dois meses de aulas. Disse então o professor Langer:

"Vamos fazer o estudo a respeito de escalas de mapas e escalas gráficas; sobre a organização de uma folha topográfica e carta compilada; sobre a quadrícula.

Vamos fazer estudos sobre a planimetria, a hidrografia e a representação do relevo do terreno; construção de moldura e construir, medir ângulos; medir distâncias sobre cartas, mediante compasso e o curvímeter.

Vou orientar os alunos sobre o procedimento na execução de trabalhos cartográficos.

Vamos estudar os processos mecânicos e gráficos para reduções e ampliações e os aparelhos e meios auxiliares a êste fim: o pantógrafo, o compasso de redução, o transferidor e a quadrícula.

Vamos estudar as medidas métricas de comprimento e de áreas.

No fim, uma pequena orientação sobre material de desenho, e meios de fazer correções sobre papel de desenho, papel vegetal e tela completarão êste meu programa.

Nos exercícios a nanquim penso incluir um alfabeto de letras simples para os alunos se capa-



citarem a escrever a nomenclatura de um trabalho cartográfico com toda a clareza.

Organizaremos desenhos, mostrando a representação da planimetria, da hidrografia e da orografia representada por curvas de nível.

Como se vê, uma infinidade de coisas úteis aos futuros auxiliares deste Conselho.

O programa é tirado da prática e nada tem de assustador, mas para conseguir neste prazo resultados visíveis e reais, será indispensável haver dedicação, esforço e capricho por parte dos alunos.

Neste sentido, depois de amanhã iniciaremos o trabalho".

#### PUBLICAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Em janeiro de 1939 lançou o C.N.G. a publicação da *Revista Brasileira de Geografia*, com estes principais objetivos:

1.º — a divulgação do conhecimento do território brasileiro;

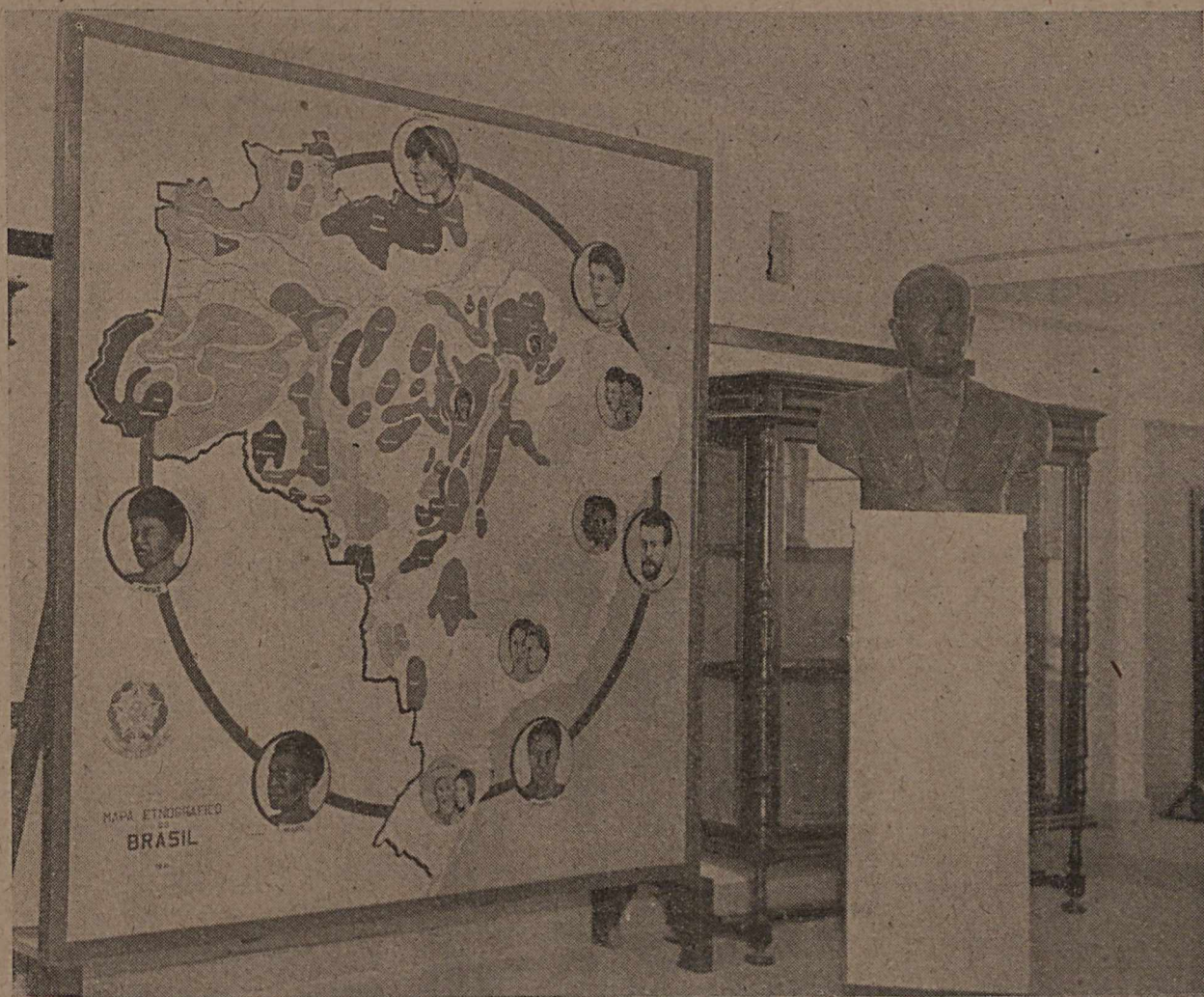
2.º — a divulgação da metodologia geográfica moderna, da metodologia do ensino de Geografia e dos conhecimentos da ciência geográfica e ciências correlatas;

3.º — a vulgarização da atividade geográfica brasileira, especialmente dos empreendimentos e realizações do Conselho Nacional de Geografia.

E, hoje, a excelente publicação do C.N.G. desfruta de largo conceito no país, sendo também muito apreciada no estrangeiro, sobretudo nos Estados Unidos. Vem confirmando precisamente o que disse o Embaixador Macedo Soares no seu artigo de apresentação: "Ela servirá de instrumento de penetração com o qual o Conselho se fará presente em todos os recantos de atividade geográfica do país, levando uma afirmação de vitalidade, uma palavra de estímulo e um aceno de conclamação".

E assim tem sido realmente.

Guardamos com carinho o seu primeiro número, que constitui hoje verdadeira preciosidade bibliográfica. E a leitura dos números subsequentes tem-nos permitido acom-



C.N.G. — Portaria e Museu Geográfico, vendo-se ao fundo o mapa etnográfico do Brasil



panhar à distância e com muito interesse os estudos de geografia no país.

Em abril de 1943, o C.N.G. soltou outra publicação: o *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*.

Além de editoriais, na sua parte inicial, o *Boletim* registra comentários, transcrições, resenhas, contribuições especializadas e mais quatro seções de caráter cultural, informativo, noticioso, bibliográfico, bem como interessante repositório de legislação atinente a assuntos de que se ocupa o Conselho.

Outra iniciativa do C.N.G.: a *Biblioteca Geográfica Brasileira* — coleção de obras sobre a geografia brasileira. Volumes já publicados: *A conquista do Brasil pelos brasileiros*, de autoria do coronel Lima Figueiredo, e *Os novos métodos de ensino da Geografia*, pelo professor francês Francis Ruellan.

Já se acham prontas e em véspera de distribuição mais as seguintes contribuições à *Biblioteca*:

*O homem e o brejo*, do engenheiro Alberto Ribeiro Lamego;

*O rio Tocantins*, do coronel Lysias Rodrigues;

*A excursão geográfica* (Guia do Professor), do professor Delgado de Carvalho.

Estão programadas estas outras obras para a mesma *Biblioteca*:

*O homem e a restinga*, do engenheiro Alberto Ribeiro Lamego;

*Geografia econômica do município de Ceará Mirim*, do agrônomo Júlio Gomes de Sena;

*Os solos do Estado de São Paulo*, do agrônomo José Setzer;

*Sul de Mato Grosso*, do capitão Melo Moraes;

*Geografia dos transportes no Brasil*, edição, revista e aumentada dos artigos do engenheiro Moacir Silva, publicados na *Revista Brasileira de Geografia*;

*Geografia humana do Brasil*, ensaio do professor Pierre Deffontaine, também publicado na mesma revista, apresentado nesta nova edição com várias notas de técnicos do C.N.G.

A repartição central do Conselho, por sua vez, vai oferecer sua contribuição à Biblioteca, nela publicando diversos trabalhos.

#### OUTRAS PUBLICAÇÕES

O Sr. Carlos Pedrosa fez a gentileza de oferecer-nos as seguintes publicações do Conselho Nacional de Geografia:

*Tipos e aspectos do Brasil*, coletânea de ilustrações publicadas na *Revista Brasileira de Geografia*, em edição especial, preparada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como contribuição às comemorações do 1.º centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, em 25 de maio de 1943. Os desenhos são do artista Percy Lau. Essa publicação é muito interessante. As gravuras aparecem sempre em páginas pares, isto é, à esquerda. O texto correspondente, à direita, não excedendo de uma página e em linguagem simples e agradável. Eis os assuntos tratados:

Arpoadores de jacarés — Trecho de um rio na Amazônia — Vaqueiro de Marajó — Caatinga — O gaúcho — Campos de criação do Rio Grande do Sul — Campo cerrado — Bois de sela — Burros de carga — Floresta da encosta oriental — Jangadeiros — Coqueiros das praias do nordeste — O vaqueiro do nordeste — Agreste — Carro de bois — Floresta em galeria — Negras bahianas — Cacaual — Carroças coloniais do sul — Pinhal — Seringueiras — Buritizal — Garimpeiros — Gaiolas e vaticanos — Vaqueiro do Rio Branco — Campos do Rio Branco.

*Vultos da Geografia do Brasil*, coletânea das ilustrações publicadas na *Revista Brasileira de Geografia*. Edição especial preparada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, também como contribuição à comemoração do 1.º centenário do Instituto Histórico do Uruguai.

A disposição da matéria é a mesma observada no folheto anterior. E assim temos a biografia e retrato dos seguintes geógrafos: Barão do Rio Branco, Elisée Reclus, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, Orville A. Derby, Eusébio Paulo de Oliveira, Carl Friedrich Philippe von Martius, Euclides da Cunha, Augusto de Saint Hilaire, Alberto Betim Pais Leme, Louis Agassiz, Moreira Guimarães, Charles Frederic Hart, José Vieira Couto de Magalhães, John Casper Branner, Henrique de Beaupaire Rohan, Almirante Amedée Ernest Barthélemy Monchez, Tenente João Salustiano Lira, Wilhelm Ludwig von Eschwegw, Luiz Flores Moraes Rego, Augusto João Manuel Leverger, Almirante José da Costa Azevedo (Barão de Ladário), Alcide Dessalines D'Orbigny, João Barbosa Rodrigues, Charles Marie de la Condamine, Jules Nicolas Crevaux, Teodoro Fernandes Sampaio e Karl von den Steinen.

*A Geografia Urbana e sua influência sobre o urbanismo superficial e subterrâneo*, do engenheiro Jerônimo Cavalcanti, da Prefeitura do Distrito Federal. É uma separata do n.º 1, ano IV, da *Revista Brasileira de Geografia*.

*A Geografia no Curso Secundário*, do professor Jorge Zarur, separata do número 2, ano III, da *Revista Brasileira de Geografia*.

*Les Méthodes Modernes d'Enseignement de la Géographie*, conferência pronunciada em Goiânia, perante o VIII Congresso Brasileiro de Educação, pelo professor Francis Ruellan.

*Goiânia*, coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia.

*Coleção de fotografias de aspectos geográficos do Brasil*, especialmente editada pelo I.B.G.E. para ser presente ao VIII Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia, em junho de 1942.

#### MAPAS

O C.N.G. editou um mapa do Brasil para as nossas escolas e que foi distribuído a todos os estabelecimentos de ensino, atingindo sua edição 150 mil exemplares! E mais os seguintes trabalhos:





C.N.G. — Carteira de Intercâmbio e Publicidade, onde é elaborado o "Boletim Geográfico" e são atendidos os estudiosos de Geografia do Brasil

*Mapa da faixa de fronteira do Brasil, com a indicação dos municípios e distritos e respectivas sedes. A faixa de fronteira, de 150 Km., tem uma área de ..... 1.403.021 Km<sup>2</sup>, equivalente a 16,4% da área do Brasil e atinge 7 unidades federadas, 92 municípios e 243 distritos, em 1941.*

*Cartograma da densidade demográfica do Brasil, segundo a divisão municipal e os resultados preliminares do recenseamento geral de 1940. Esse cartograma é bem revelador da necessidade de penetração no Brasil de correntes migratórias do litoral, visando o centro, o norte e o oeste. E' o que as côres do cartograma mostram de forma clara e objetiva. Vemos assim a densidade demográfica das várias regiões do país por quilômetro quadrado, desde o mínimo de 0,01 até 100 habitantes.*

*Mapa de divisão municipal, contendo todos os municípios brasileiros, acompanhado de texto através do qual se pode situar qualquer município que se deseje.*

#### NA CARTEIRA DA DIVISÃO TERRITORIAL

Depois das notas colhidas na Carteira de Intercâmbio e Publicidade, passamos a outra dependência do Conselho, a Carteira da Divisão Territorial, onde nos avisamos com o chefe, engenheiro Artur Cardoso de Abreu.

As mesmas atenções, as mesmas facilidades na execução da tarefa que nos impuseramos, encontramos ali, como já havíamos encontrado ao procurar o Sr. Carlos Pedrosa, na Carteira de Intercâmbio e Publicidade.

Declarou-nos de início o Dr. Cardoso de Abreu que preferiria dizer alguma coisa sobre o Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão administrativa e judiciária do país, visando a sistemati-

zação do quadro territorial brasileiro, sem dúvida um dos maiores diplomas legislativos do Estado Nacional.

Apresentava o quadro territorial do Brasil aspectos diversificados no seu conjunto, em virtude da desordem e confusão que sempre reinaram na sua composição.

Diversas tentativas foram feitas em várias Unidades Federativas para sistematizar a sua divisão territorial, sem resultados satisfatórios.

— Aqui está esse decreto, mas não vou lê-lo em todos os seus articulados e incisos. Basta que lhe resuma os artigos principais. Daí lhe será fácil compreender as nossas atribuições. Estabeleceu ele que os municípios compreendam um ou mais distritos formando área contínua, subdividindo-se os distritos em zonas que poderiam ter seriação ordinal e denominações especiais.

Determinou ainda que a sede do município tenha a categoria de cidade e lhe dê o nome, e o distrito se designe pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não fôr erigida em cidade, terá a categoria de vila, não podendo haver mais de uma vila no mesmo distrito. No que concerne à composição judiciária, um ou mais municípios formam o termo judiciário, e um ou mais termos judiciários compõem a comarca, sendo sede de termo a mais importante das sedes dos municípios que o formam, e sede de comarca a cidade de maior importância entre as sedes dos termos judiciários que a constituem. Quanto aos limites inter-municipais e às divisas interdistritais, são essas delimitações definidas segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais.

E, prosseguindo, acrescentou o Dr. Cardoso de Abreu:

— Outro dispositivo importante do decreto é o que determinou que não poderiam existir duas cidades



ou vilas com idêntica denominação dentro do mesmo Estado. Fixou ainda que nenhum distrito poderá ser instalado sem que o núcleo populoso da sua sede tenha pelo menos trinta moradias compreendidas pelo seu perímetro suburbano. Para o município as condições necessárias são estas: duzentas moradias no mínimo, compreendidas pelo perímetro urbano de sua sede, e .... Cr\$ 100.000,00 de renda anual. Determinou ainda o aludido decreto a obrigação de cada município organizar sua carta geográfica. E em 1940 foi realizada nesta Capital a exposição dos mapas dos 1.574 municípios brasileiros vigorantes.

— Aí está uma nota interessante para nossa reportagem...

— Realmente, assim é. Mais adiante dela tratarei. Agora ainda há o que dizer sobre outras consequências do Decreto n.º 311. Em maio de 1938 os Governos estaduais baixaram em lei o quadro da respectiva divisão administrativa e judiciária, vigente em 1938, designando também uma comissão para, baseada nesse quadro, proceder aos estudos necessários e apresentar o ante-projeto da lei que deveria vigorar no primeiro período quinquenal de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943. E cada ante-projeto estadual obedeceu ao mesmo modelo, constante do anexo n.º 1 (quadro com as circunscrições administrativas e judiciárias: comarcas, termos, municípios e distritos); do anexo n.º 2 (descrição detalhada dos limites de cada município e das divisas entre os distritos que o compoñham); e do anexo n.º 3 (o ritual proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro das solenidades de 1.º de janeiro, "Dia do Município").

E o Dr. Cardoso de Abreu passou a tratar do

#### DIA DO MUNICÍPIO

— Esse dia foi instituído pelo decreto-lei, federal, n.º 846, de 9 de novembro de 1938, para nele ser celebrada a instalação de cada município no quadro territorial do Estado. Essa cerimônia é, como deve saber, realizada em tôdas as cidades do Brasil, às 15 horas, com o mesmo ritual estabelecido, no dia 1.º de janeiro do ano que marca o início de cada período quinquenal.

E mostrou-nos o Dr. Cardoso de Abreu as cópias das atas dessa solenidade, realizada em 1.º de janeiro de 1939, remetidas à Carteira por todos os municípios brasileiros.

— Mas há determinação para a remessa ao Conselho dessas atas?

— Pois não! Assim o determinou o Decreto-lei número 311. Essas atas foram arquivadas em original nas próprias Prefeituras e as cópias, devidamente autenticadas, enviadas a esta Carteira.

— Já houve depois de 1939 outra solenidade semelhante?

— Sim; agora, a 1.º de janeiro de 1944 e, como a anterior, à mesma hora e de acordo com o mesmo ritual.

Em 1.º de janeiro de 1945 haverá, extraordinariamente, outra solenidade, para instalação das circunscrições que comporão o quadro territorial dos novos Territórios Federais.

#### DIVISÃO TERRITORIAL

Depois, tratamos em nossa palestra da divisão territorial, fazendo, de início, esta pergunta ao Dr. Cardoso de Abreu:

— O Governo de um Estado pode, à vontade, alterar o quadro territorial deste, mudando a sede de seus municípios ou alterando o seu âmbito territorial?

— Não. Precisa ter consentimento do Presidente da República para criar ou extinguir municípios ou distritos, bem como mudar as suas sedes para outro local. O Governo estadual pode, entretanto, modificar os limites entre os municípios e as divisas dos distritos, de acordo com as conveniências locais, desde que não transfira cidades ou vilas de uma circunscrição para outra.

— Mas o senhor nos falou, anteriormente, em mapas dos municípios. Aqui na Carteira houve confronto entre esses mapas e as leis a eles referentes, baixadas de acordo com o Decreto n.º 311?

— Tudo foi examinado, e as divergências por nós encontradas foram logo comunicadas aos Estados, tendo-as corrigido, alguns deles, ainda na vigência do quinquênio de 1939 a 1943. Outros, porém, preferiram aguardar o novo período quinquenal para corrigi-las de vez. E aqui na Carteira estamos executando esta tarefa: marcar no mapa municipal os limites dos municípios e as divisas dos distritos, de acordo com a nova delimitação.

E, para comprovar essa informação, o Dr. Cardoso de Abreu nos mostrou o mapa municipal de Água-Branca, em Alagoas. Como este, os demais mapas têm as mesmas dimensões: 1 metro por 0,70. Em cada mapa figuram num canto as plantas da cidade e das vilas respectivas, estando assinalados os perímetros urbano e suburbano de cada sede, obedecendo todos a um mesmo modelo.

— E não houve alteração no quadro territorial do País, depois de iniciado o período quinquenal?

— Houve. Foi criado o município de Balisa, no Estado de Goiás, como sede de termo judiciário, com a necessária autorização do Presidente da República. Quanto à parte judiciária, houve também alteração em virtude da reforma do Código de Processo Civil da República. A criação dos territórios de Fernando-de-Noronha, Amapá, Guaporé, Iguaçu, Ponta-Porã e Rio-Branco, por sua vez, modificou a constituição do quadro territorial brasileiro.

#### TOPONÍMIA

— Em 6 de setembro de 1941, foi baixado o Decreto-lei, federal, n.º 3.599, dispondo sobre a nomenclatura das estações ferroviárias, disse-nos o Dr. Cardoso de Abreu. — Esse decreto-lei veio ressaltar a necessidade de eliminar de uma vez os nomes duplicatas das cidades e vilas brasileiras. E para efetivar-se a providência nele consignada, nomearam os governos estaduais comissões incumbidas de proceder à revisão da nomenclatura das estações ferroviárias situadas no respectivo Estado. Cada uma dessas comissões estaduais era presidida por um representante do Governo do Estado, escolhido na Secretaria da Viação, dela fazendo parte um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas e um representante do Diretório Regional de Geogra-



fia. Por sua vez, as Estradas de Ferro apresentaram a essas comissões relações nominais das suas estações, com indicação, para cada estação, de sua posição quilométrica, altitude, data da inauguração e localização geográfica. O resultado dos trabalhos de tôdas as comissões foi enviado ao Conselho Nacional de Geografia para cotejá-los. Coube a esta Carteira examiná-los, providenciando sobre as alterações que fôsem necessárias para sua definitiva aprovação. Ficou também assentado que ao Ministério da Viação e Obras Públicas e às Secretarias estaduais de Viação, caberia determinar às Estradas de Ferro a adoção da nomenclatura aprovada pelo Conselho Nacional de Geografia.

E a essa altura da nossa palestra, o Dr. Artur Cardoso nos mostrou interessantes mapas ferroviários dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, constatando-se neste último a existência de 23 companhias, inclusive as de tração elétrica. Tomamos nota dos nomes dessas estradas de ferro, que são as seguintes: Ramal Férreo Campineiro da Companhia Campineira de T.L. e Fôrça, Companhia de E.F. Barra-Bonita, Companhia de E.F. Dourado, Companhia de E.F. Itatibense, Companhia de E.F. Jaboticabal, Companhia de E.F. Morro Agudo, Companhia Férrea São Paulo-Goiaz, Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, Companhia Mogiana, Companhia Paulista, Companhia Tramway Cantareira, E.F. Araraquara, E.F. Campos do Jordão, E.F. Central do Brasil, E.F. Elétrica Votorantim, E.F. Monte Alto, E.F. Noroeste do Brasil, E.F. Perú-Pirapora, E.F.S. Paulo-Minas, E.F. Sorocabana, Rêde Mineira de Viação, Rêde de Viação Paraná Santa Catarina, São Paulo Railway. Alguns esclarecimentos sobre, por exemplo, o mapa ferroviário de S. Paulo. Além de o mapa estar atualizado de acôrdo com as últimas informações recebidas, facilmente se verifica a comunicação por via férrea entre as cidades e vilas paulistas, estando assinaladas ainda tôdas as estações que são entroncamento ou terminais de linhas ou ramais, e a primeira estação de cada ramal situada nos Estados vizinhos.

Não precisamos encarecer o valor desses mapas, que nos mostram nitidamente como no momento se apresentam os parques ferroviários dos referidos Estados. Pelo seu valor, é de esperar que o Conselho Nacional de Geografia procure publicá-los. Serão, sem dúvida, de interesse geral.

— E como as comissões se orientaram para estabelecer preferência para tal ou qual nome?

— O próprio decreto fixou normas para essa revisão. Assim é que determinou que a estação ferroviária tivesse o nome da cidade ou vila que serve, quer esteja situada no núcleo de população da sede, quer esteja localizada dentro do respectivo distrito.

— Mas não há casos diferentes do anterior para escolha do nome da estação?

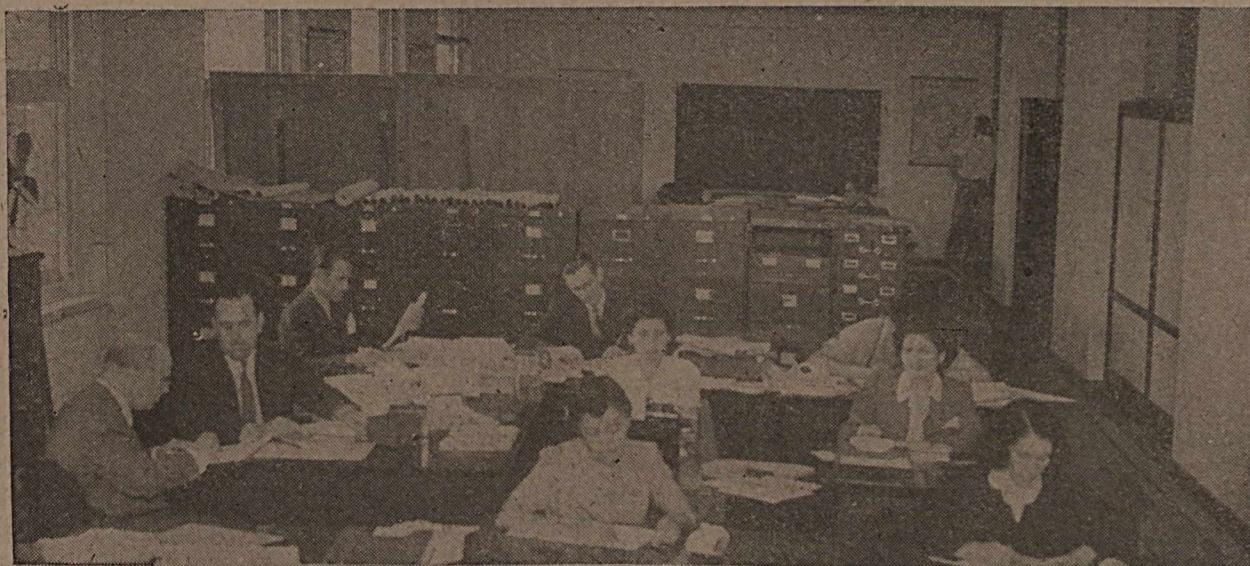
— Há o das estações iniciais situadas na Capital do País e nas Capitais dos Estados, que poderão ter nomes diferentes dessas capitais, desde que não constituam duplicata de nomes de cidades, vilas ou de outras estações ferroviárias. Aqui mesmo no Rio de Janeiro temos êstes exemplos: D. Pedro II, como inicial da E.F. Central do Brasil, e Barão de Mauá, da Leopoldina Railway, cujos nomes serão mantidos.

— E as estações de entroncamento de companhias ferroviárias diferentes, como deverão ser denominadas?

— Neste caso, o nome é comum para tôdas as estações dessas ferrovias. Exemplo: o nome Cruzeiro, da estação do ramal de S. Paulo, da E.F. Central do Brasil, é o mesmo da estação inicial da linha tronco Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação, que lhe é próxima.

— E êsse trabalho de revisão de nomes de estações ferroviárias já foi terminado?

— Não. Foi interrompido porque, em meio à sua vigência, foi baixado o Decreto n.º 5.901, para ser ultimada e efetivada depois da revisão dos nomes de Cidades e Vilas.



C.N.G. — Aspecto tomado na Carteira da Divisão Territorial



*O Decreto-lei federal n.º 5.901*

— Esse decreto estabelece as normas nacionais para a divisão administrativa e judiciária do país, — prossegue o Dr. Cardoso de Abreu.

— E em que consistem essas “normas nacionais”?

— Em dispositivos regulando a revisão dos quadros territoriais das Unidades da Federação, para que as leis regionais sejam baixadas até 30 de novembro dos anos de milésimo 3 e 8.

— E sobre a eliminação das duplicatas dos nomes de cidades e vilas?

— Essa é a principal finalidade desse decreto, cabendo ao Conselho Nacional de Geografia o exame da nomenclatura constante do ante-projeto organizado pelo Governo de cada Estado. A rotina seguida para efetivação dessa medida foi a seguinte: a Carteira examinava a nomenclatura dessas cidades e vilas, a continuidade territorial na composição dos municípios, dos termos judiciários e das comarcas e a descrição dos limites intermunicipais e das divisas inter-distritais, visando a sua identificação por acidentes naturais. Feito isto, o Secretário Geral do Conselho, Dr. Christovam Leite de Castro, emitia parecer, encaminhando o ante-projeto ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que o examinava principalmente quanto à sua composição judiciária. Sua Excelência acatou sempre, aliás, os pronunciamentos do C.N.G. Concluído o exame por parte de seu Ministério, submetia cada ante-projeto à aprovação do senhor Presidente da República.

— Gostaríamos de ter informações sobre o critério estabelecido para eliminar-se a repetição de nomes de cidades e vilas.

— Antes de mais nada, ficou bem acentuado que o Conselho Nacional de Geografia só concordaria com a mudança dos topônimos que, de fato, fôsem duplicatas, a fim de evitar os inconvenientes das substituições desnecessárias. E aqui estão as instruções complementares baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia:

1) — Não se consideram repetidos os nomes de Cidades e Vilas nos seguintes casos:

a) de masculino e feminino, como Barreiros e Barreiras, etc.;

b) de singular e plural, como Areia e Areias, Laje e Lajes, etc.;

c) de acentuação, como Maraú e Marau;

d) de semelhança, como Goiânia e Goiana, Sero e Cêro, etc.;

2) Consideram-se repetidos aqueles nomes que, embora se grafem diferentemente, têm o mesmo significado ou etimologia:

a) de união, com o mesmo número de sílabas, como Bom Sucesso e Bonsucesso, etc.;

b) de grafia, como Tietê e Tieté, Caetê e Caeté, Iguassú e Iguçu, Lajes e Lages, etc.;

3) E' indispensável a investigação dos nomes anteriores das atuais cidades e vilas de *denominação repetida no País*, por dois motivos:

a) para se saber qual das localidades, da mesma categoria e homônimas, têm o nome há mais tempo, porque esta, mesmo não sendo a mais antiga na investitura da atual categoria, é a que tem direito a conservar o nome atual, mudando-se o das outras;

b) para orientar a escolha de novos nomes para aquelas localidades que os devem mudar, dentro do critério mais lógico e naturalmente indicado da reconstrução de nomes antigos.

4) Há situações especiais merecedoras de tratamento de exceção. São localidades cujos nomes, segundo os critérios gerais previstos, deveriam ser mudados, mas que, pela sua tradição, significado histórico, importância atual ou outro motivo relevante, mereçam ser conservados.

Para esses casos, excepcionais, que são muito poucos, o mecanismo da lei oferece solução na ampla liberdade conferida aos Chefes dos Governos estaduais para fixarem a nomenclatura das cidades e vilas, observadas as normas gerais previstas na legislação federal. Mediante os entendimentos entre os governos interessados, será evidenciada a singularidade de cada caso e provida harmoniosamente a solução desejada, abrindo mão do direito de prioridade um Estado em favor do nome da localidade de outro Estado, indiscutivelmente merecedora dessa homenagem especial.

5) Para se criar novo distrito ou novo município é indispensável que se lhe dê uma sede com, pelo menos, 30 ou 200 moradas, respectivamente. Nesses casos, se ocorrer dúvida quanto ao efetivo predial, impõe-se uma consulta ao Serviço Nacional de Recenseamento, que dirá da situação demográfica dessas pretendidas sedes, esmerando-se a Secretaria do Conselho Nacional de Geografia na necessária presteza de tais informações.

Estabelece ainda o Decreto n.º 5.901 as seguintes normas para a eliminação da repetição de topônimos:

I — Quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, esta prevalecerá para a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: Capital, sede de Comarca, sede de Termo, sede de Município, sede de Distrito.

II — No caso de haver mais de uma localidade da mesma categoria com o mesmo nome, este será mantido naquela que o possuir há mais tempo.

III — Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras, sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local.

IV — Não se consideram nomes novos, e, portanto, não estão sujeitos ao disposto no item precedente, os casos de restabelecimento de antigas designações ligadas às tradições locais, vedadas, porém, as composições de mais de três palavras.

Exceções a essas normas, no que toca ao direito de prioridade na nomenclatura, serão admitidas, se ocorrerem motivos imperiosos, mediante acordo entre os Governos das Unidades Federadas interessadas.





C.N.G. — Um aspecto da Tertúlia realizada no dia 28 de março de 1944, em que o Dr. André Simonpietri, técnico do Instituto Panamericano de Geografia e História, exibiu um filme sobre as atividades geográficas e cartográficas nos Estados Unidos

E o Dr. Artur Cardoso ainda prosseguiu :

— Como colaboração às comissões revisoras estaduais, o Conselho Nacional de Geografia preparou e distribuiu, para cada Estado, as relações dos nomes de cidades e vilas que deveriam permanecer, dos que deveriam ser substituídos e daqueles cuja conservação dependeria de maior antiguidade na adoção do topônimo.

— Seria nota interessante para nossa reportagem o registro de nomes que mais se repetiram em todo o Brasil, no período de 1939 a 1943.

— Santa Luzia, por exemplo, existia em 11 Estados, como cidade, e como vila, nos Estados do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte e São Paulo.

Depois como curiosidade, o Dr. Artur Cardoso nos disse que o nome "Itaquera" foi o mais proposto. Quatro Estados o indicaram.

— A Carteira de Divisão Territorial procedeu a pesquisas, quanto ao uso das diferentes denominações. O resultado desse estudo permitiu ao Conselho elaborar uma relação dos nomes que, afinal, deveriam ficar, quer pela maior categoria, quer pela maior antiguidade. Houve perfeito entendimento entre os Interventores nos Estados quanto à cessão de direito de conservar os nomes de cidades ou vilas de um Estado. O Rio Grande do Sul,

por exemplo, cedeu a São Paulo a conservação do nome São Vicente. O São Vicente, em São Paulo, data de 1532 e o do Rio Grande do Sul deveria ser conservado em virtude de sua mais alta investidura judiciária, como sede de termo. O Acre cedeu a conservação do nome Seabra ao Estado da Bahia, como homenagem ao filho desse Estado, o saudoso estadista J.J. Seabra. Exemplo de uma cessão de caráter religioso : O Interventor do Piauí cedeu o nome Aparecida ao Estado de São Paulo. E assim como esses, inúmeros são os exemplos desse perfeito entendimento. A revisão toponímica assumiu foros de verdadeira campanha cívica, na qual pesquisadores voluntários e apaixonados se alistaram, para rebuscar, nos arquivos públicos e nos livros de tombo das igrejas, elementos comprobatórios da antiguidade no nome, colaborando assim com as Comissões Revisoras Estaduais e com o próprio Conselho. O que mais me causou admiração, entretanto, além da colaboração pessoal do Embaixador José Carlos de Macedo Soares e da infatigável dedicação do Dr. Christovam Leite de Castro, foi o interesse do Sr. Presidente da República, exigindo minuciosos estudos de todas as pretensões que lhe foram dirigidas, para que a solução de cada caso fôsse a mais justa.

Outro dispositivo importante do Decreto-lei número 5.901 é o que permite aos Governos das Unidades



Federadas, a qualquer tempo e para atender às necessidades do serviço público, estabelecer ou alterar, em ato especial, a subdivisão de qualquer distrito do respectivo quadro territorial, subdivisão essa que terá denominação de *subdistrito*. Cada subdistrito é uma subunidade, tanto administrativa como judiciária, e sem sede distinta da sede do distrito.

*O Decreto-lei federal n.º 6.549, de 31 de maio de 1944*

— Esse decreto prorrogou até 31 de dezembro de 1944 a vigência da divisão administrativa e judiciária dos Estados, cuja nova divisão ainda não tinha sido aprovada até 31 de maio último e fixou o dia 1.º de janeiro de 1945 para entrarem em vigor os novos quadros territoriais desses Estados e dos cinco Territórios Federais, recentemente criados. A vigência desses quadros será, então, de quatro anos apenas, incluindo-se nesses casos os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo e os Territórios do Amapá, Guaporé, Iguazu, Ponta Porã e Rio Branco.

— E sobre o Território de Fernando Noronha?

— De acordo com a legislação atual, figurará na categoria de unidade política, não se computando entre as circunscrições administrativas e judiciárias como comarca, termo judiciário, município e distrito.

#### NA SEÇÃO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS E ESTATÍSTICA TERRITORIAL

Prosseguindo na reportagem, fomos à Seção de Estudos Geográficos e Estatística Territorial, onde falamos ao professor Lúcio de Castro Soares, que a estava dirigindo na ausência do engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, no momento na direção do Conselho Nacional de Geografia.

A Seção de Estudos dá ao visitante a impressão de um curso permanente de Geografia, com seus mapas à parede, o quadro negro com vestígios ainda da última aula sobre a matéria, e a um canto uma prancheta sobre a qual um técnico executa trabalhos referentes a assuntos tratados na Seção. E, ouvindo-se o que dizem os funcionários entre si ou dirigindo-se ao chefe, mais se acentua no estranho à casa a impressão de que ali é mesmo um curso de Geografia.

O Sr. Carlos Pedrosa, nosso precioso guia, apresenta-nos ao professor Lúcio de Castro Soares, que se dispõe logo a perder algum tempo com o repórter, fazendo-o assentar-se a seu lado.

Percebemos que fácil nos seria também ali colher apontamentos para esta reportagem.

Procuramos saber das atividades da Seção, sem indagar absolutamente de seu esquema estrutural, e o professor Castro Soares o percebeu imediatamente, assim nos falando:

— Há no Conselho seções técnicas, como, por exemplo, a de Cartografia, que tem a seu cargo a elaboração de mapas de todo o território nacional; o Arquivo Corográfico, que recolhe toda a documentação geográfica que se apresenta em folhetos ou folhas esparsas ou, ainda, sob a forma de relatórios, apontamentos ou recortes em

geral; a Biblioteca, especializada em obras geográficas, notadamente do Brasil: a Fototeca, que guarda a documentação fotográfica de nosso país, sob seus diversos aspectos geográficos; e, finalmente, a Mapoteca, que é um verdadeiro repositório de documentos cartográficos feitos fora do Conselho. Pois bem, a Seção de Estudos, como se fosse um laboratório, aproveita todo o material colhido por estas seções, visando a elaboração de trabalhos geográficos.

— Pode citar-nos alguns desses trabalhos?

— Sim. O mais importante deles é o estudo da Divisão Regional do Brasil, isto é, a caracterização e delimitação dos grandes quadros regionais que compreendem as conhecidas regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

— Essa divisão assim é recente...

— Não é tão recente como o senhor julga. Foi aprovada em 1942 por decreto-lei e mandada adotar em todos os ministérios e na metodologia geográfica nacional. Ela agrupa unidades federadas (Estados e Territórios) por inteiro, pois tem a finalidade principal de facilitar as apurações estatísticas e orientar a didática da geografia nacional.

Tal divisão é, portanto uma divisão prática, pois é sabido que as divisas naturais, impostas pela Natureza, não coincidem com as divisas administrativas, artificiais, traçadas pela mão do Homem. Eis aí uma de nossas realizações, cujas particularidades ainda não foram definitivamente fixadas, pois o estudo e conseqüente caracterização das subdivisões da Divisão Regional ainda estão sendo por nós elaborados. Mas ainda temos estas: monografias regionais, abrangendo pequenas áreas do território nacional, focalizando-as sob os seus aspectos físicos, humanos e econômicos.

— Em que se baseiam os senhores para fazer aqui da Cinelândia uma monografia sobre um município qualquer?

— No material colhido nas diversas seções a que já aludi e no conhecimento *in loco* feito com a realização de inúmeras e freqüentes excursões de estudos.

— E as monografias são depois publicadas?

— Sim e sob a forma de pequenos relatórios, resumos, notas-prévias ou sínteses geográficas na *Revista*, no *Boletim* e, conforme a sua conveniência ou importância, também na *Biblioteca Geográfica Brasileira*, publicação iniciada de forma muito promissora.

Antes que lhe perguntássemos por outra realização da Seção de Estudos, disse-nos o professor Lúcio Soares:

— Estamos fazendo o cálculo dos centros de população, baseado nos resultados dos dois últimos recenseamentos: no de 1920 e no de 1940. Esses cálculos são feitos para as unidades federadas e grandes regiões e para todo o Brasil.

— E que observaram os senhores quanto aos centros de população de todo o país?

— Houve um deslocamento de 68 quilômetros de nordeste para sudoeste, entre os centros de população de 1920 e 1940, ficando este último no município de Coração de Jesus, em Minas Gerais.



## CONCURSO DE MONOGRAFIAS

E o professor Lúcio Soares passou depois a falar nos concursos de monografias, observando-nos :

— O senhor já deve ter ouvido referências nesta casa aos nossos concursos anuais de monografias municipais. Pois bem, êsses concursos são julgados aqui nesta seção, que aprecia devidamente os trabalhos apresentados pelos concorrentes, tanto para efeito de lhes conferir os prêmios estabelecidos como também para selecionarmos as contribuições geográficas originais que nos possam interessar pelo seu real valor, em que a fidelidade da informação deve ser o traço predominante. Aliás, devo dizer-lhe que, além do objetivo de despertar interesse dos brasileiros em conhecer sua própria terra, visa o Conselho obter com a instituição dos Concursos de Monografias a informação direta dos nossos colaboradores espontâneos — os concorrentes. E, assim, se recebemos monografias deficientes e falhas, embora reveladoras do espírito patriótico de colaboração de seus autores, também nos chegam às mãos outras, excelentes em apresentação e conteúdo informativo. Já houve, como deve saber, dois concursos : um em 1942 e outro em 1943.

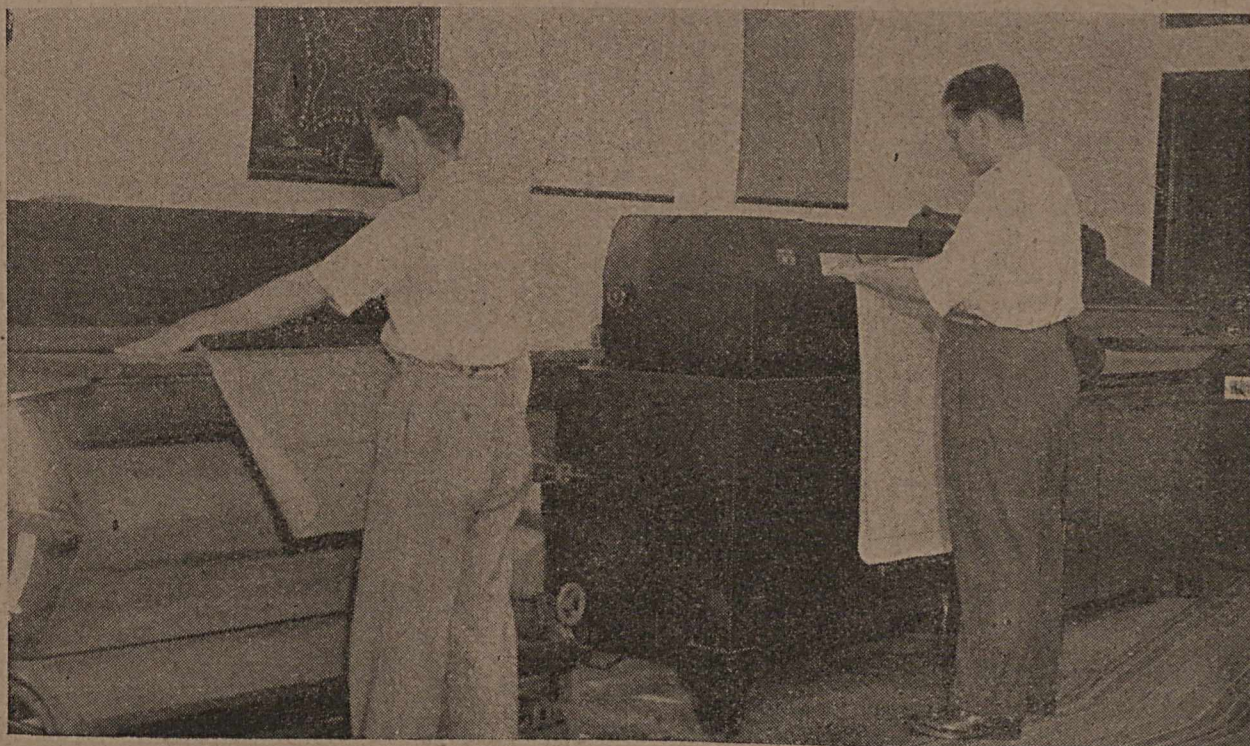
— E as ilustrações dos trabalhos impressos do Conselho, como a *Revista Brasileira de Geografia*, o *Boletim Geográfico* ou a *Coletânea de Tipos e Aspectos do Brasil*, quem as executa aqui?

— Todos os nossos trabalhos de ilustração estão entregues a um técnico permanenté, o renomado artista Percy Lau, que já tem participado como concorrente e

também como examinador em exposições, salões e concursos promovidos pela Escola Nacional de Belas Artes. E fora do trabalho de desenho a bico de pena, os nossos funcionários na Seção de Estudos, são em sua maioria, professores diplomados em Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia. Ali estão os professores Lindalvo Bezerra dos Santos, Alfredo José Pôrto Domingues e Pedro Geiger, e as professoras Gilda de Andrade Pinto, Léa Lerner, Eloisa de Carvalho e Isa Adonias, e o auxiliar técnico Maria Fagundes Sousa Doca, atualizando uma obra sobre vias de comunicações brasileiras. Mas aqui também trabalham vários alunos de cursos de Geografia de nossas Faculdades de Filosofia, além de elementos auto-didatas de comprovada competência. Como vê, procuramos selecionar o nosso pessoal da Seção de Estudos.

— Mas desejamos alguns esclarecimentos sobre as ilustrações aqui feitas, pois elas apresentam um padrão uniforme...

— Como é natural, visamos a reprodução fiel do fato geográfico, quer êle se apresente num tipo ou numa paisagem regional, e o artista as executa seguindo exata orientação técnica geográfica, para que haja perfeita fidelidade nas reproduções. Estas ilustrações não são simples cópias de fotografias : elas são uma composição de elementos típicos que representam numa síntese rápida o ambiente geográfico. Se não fôsse exagero, diria mesmo que êsses desenhos de Percy Lau são um conjunto de instantâneos fotográficos a bico de pena, arre-matou sorrindo, satisfeito, o professor Lúcio Soares.



C.N.G. — Gabinete de cópia de mapas, dotado de moderníssima aparelhagem e servido por técnicos especializados, que executam os mais delicados trabalhos cartográficos do Conselho Nacional de Geografia



## EXCURSÕES GEOGRÁFICAS

Há pouco tempo lemos nos jornais a notícia de uma excursão científica ao vale do rio Cachoeira, no maciço da Tijuca, isto é, do rio que forma perto do Alto da Boa Vista a pitoresca e tão apreciada Cascatinha, onde o caracca, nos dias de intenso calor, vai beber um pouco de água fresca e respirar melhor, junto das belas matas que o saudoso Major Archer restabeleceu com mais de cem espécies diferentes de essências florestais, instalando-se, para isso, "no sítio do Midosi, tendo por auxiliares seis bravos escravos da Nação: Constantino, Eleutério, Leopoldo, Manuel, Mateus e Maria, dando começo ao reflorestamento com sementes e mudas de sua fazenda, a 4 de janeiro de 1862, trabalho hercúleo que transformou os morros pelados de então nessa cúpula verdejante e maravilhosa da Tijuca de 16.000.000 de metros quadrados com 10.000 árvores plantadas". E' assim que o saudoso Magalhães Corrêa se referia à obra do Major M. Gome Archer no "O Sertão Carioca", livro a que já fizemos referência na nossa reportagem "O Probelma Florestal e a ação do Presidente Vargas", publicada há tempos nesta revista.

Mas, como estávamos dizendo, foi organizada uma excursão científica ao vale do rio Cachoeira.

Perguntamos ao professor Lúcio Soares se tinha também tido notícia dessa excursão, e sua resposta foi precedida de expressivo sorriso, que logo em seguida bem compreendemos:

— Pois não! Foi essa excursão organizada aqui e ainda está trabalhando, tendo como finalidade realizar estudo demorado, do qual deverá resultar um modelo de monografia de micro-área, isto é, pequenas regiões geográficas perfeitamente delimitadas, como é, por exemplo, o vale do rio da Cachoeira. Além de elementos desta Seção de Estudos, participaram, dessa excursão, a convite nosso, cientistas, técnicos e especialistas estranhos ao quadro do Conselho Nacional de Geografia. Já fizemos, em abril do ano passado, estudos assim regionais no maciço de Itatiaia, cujas Agulhas Negras foram por nós escaladas. O Vale do Rio Doce, a região de Lagoa Santa, a do Igçu, no Paraná, o litoral de Santa Catarina, o oeste paranaense e as terras do Distrito Federal e Estado do Rio já foram objeto de outros estudos.

## CONSULTAS

A Seção de Estudos, além das suas atividades já mencionadas, atende a solicitações particulares e oficiais no que diz respeito a consultas e pedidos de informações sobre os múltiplos assuntos ligados à geografia nacional. Dentre os consulentes, avultam professores e estudantes de geografia, ansiosos por obterem dados geográficos exatos das regiões que lhes interessam.

## SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

A Seção de Documentação do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, órgão central do Conselho Nacional de Geografia, é a fonte de todas as informações bibliográficas das demais dependências do Conselho. Foi estruturada para fornecer num mínimo de tempo a

mais farta documentação especializada possível aos que a ela recorram, para o que conta atualmente com quatro serviços distintos: Arquivo Corográfico, Biblioteca, Dicionário Corográfico e Fototeca.

O Arquivo Corográfico recolhe e seleciona a matéria divulgada em jornais e revistas, originais de professores e técnicos, palestras e conferências, manuscritos especiais, enfim, tudo que possa constituir documentação de interesse para os estudiosos da geografia. Esse material é escurpulosamente classificado por assunto, segundo um código especialmente adaptado às necessidades do trabalho que se tem em vista, e distribuído sob critério regional em arquivos metálicos que hoje encerram mais de oitenta mil documentos. A par desse trabalho, o Arquivo Corográfico tem a seu cargo a elaboração de fichas remissivas à Biblioteca, cujo número, em pouco tempo de funcionamento desse serviço, é razoável e da ordem de doze mil, aproximadamente. O Arquivo Corográfico trabalha atualmente, também, num fichário de toponímia antiga e moderna, procurando estabelecer, a partir dos nomes atuais, a evolução dos nomes das diversas cidades e vilas brasileiras.

A Biblioteca, especializada em assuntos geográficos, conta atualmente com cerca de vinte mil volumes selecionados que entram por compra, doação e permuta com as principais bibliotecas do País. Ainda nesse setor da Seção de Documentação, como nos demais, adota-se o sistema de classificação por assunto e distribuição por região numa unidade de critério que em muito facilita o entrosamento dos serviços. Além da distribuição dos livros nas estantes por região e assunto e dentro desses critérios, obedece-se a uma ordem alfabética de autores, a qual se consegue pela adoção da Tabela de Cutter, de uso generalizado nos EE. UU.

Mantém a Biblioteca em caráter permanente o Serviço de Referência, que tem por finalidade prestar ao leitor todo auxílio de que necessite. A pedido, bibliografias são compiladas sobre os assuntos que estiverem dentro da especialização desse órgão, bem como listas de livros e catálogos são fornecidas sem maiores formalidades, atendendo-se mesmo a pedidos por telefone.

A Biblioteca está cooperando com o Serviço de Intercâmbio e Catalogação da Imprensa Nacional na elaboração das fichas dos seus catálogos classificados e coletivo e mantém ativo intercâmbio com inúmeras bibliotecas brasileiras e do exterior.

Está o serviço encarregado de elaborar o Dicionário Corográfico, sob a orientação direta do Eng. Virgílio Corrêa Filho, historiador e geógrafo de grande projeção nacional, que é, ao mesmo tempo, chefe da Seção de Documentação. Servem de base a esse trabalho os mapas municipais elaborados em obediência ao Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, os quais têm sido examinados cuidadosamente, fornecendo precioso material informativo que está reunido, até agora, em dez volumes. Foram examinados para esse empreendimento do S.G.E.F. 1.574 mapas, dos quais foram recolhidas todas as informações que constam do Dicionário já encadernado, cu em fichas prontas para revisão. Neste último caso estão, apenas, sete unidades federadas.

Completa o conjunto de documentação uma Fototeca especializada que contém fotografias de três tama-





C.N.G. — Almojarifado, onde se guardam e expedem as publicações do Conselho, vendo-se aparelhos empregados em serviços de campo

nhos "standard", na sua maioria: 0,18x0,24, 0,13x0,18 e 0,10x0,15 metros. As fotografias são classificadas por assunto e região e, também, ligadas entre si por indicações remissivas, dada a multiplicidade de informações que de uma só fotografia se pode obter. Conta a Fototeca com cerca de 17.000 fotografias dos diversos tipos e dos mais variados assuntos.

Os diversos setores da Seção de Documentação mantêm relações com o Serviço de Divulgação Bibliográfica para a obtenção de fotocópias, por gentileza dos Fundos Universitários de Pesquisas.

Das suas finalidades iniciais no interesse do Conselho Nacional de Geografia e, especialmente, no do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, muito têm avançado esses serviços facilitando a todos que a ele recorrem os seus recursos, tendo todos livre acesso à sua biblioteca e nela às suas estantes. Tem sido muito grande a frequência às suas dependências — cerca de 400 consulentes por ano —, especialmente professores, oficiais do exército, universitários e médicos.

Atualmente trabalha-se pela interligação do Gabinete de Cópias, pelo seu arquivo de negativos de fotografias, ao Arquivo Corográfico, de maneira a que se possa, a qualquer momento, obter cópias de fotografias de assuntos geográficos por meio de um serviço especial de remissões.

#### CRIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Além das informações que pedimos verbalmente aos chefes de seção do C.N.G. e a outros técnicos que

com eles ali trabalham, procuramos em casa ler novamente alguns números da *Revista Brasileira de Geografia*, a fim de colhermos outras notas que poderiam ser incluídas nesta reportagem, sem necessidade, portanto, de incomodar mais e tomar o precioso tempo daqueles nossos solícitos informantes. Porque, em reportagem, também se faz pesquisa, e pesquisa demorada e paciente, como em outros trabalhos de divulgação. E o repórter assume, assim, ares de certa importância... Só precisa ter cuidado com as aspas e delas não se esquecer no momento da transcrição. Temos visto estas nossas reportagens reproduzidas com absoluta fidelidade, até mesmo na transcrição das legendas das gravuras, mas sem qualquer referência à procedência e muito menos ao nome de seu autor... Outro dia um jornal da Bahia reproduziu a que fizemos sobre a *Casa de Ruy Barbosa*; não mencionou o nome da *Revista do Serviço Público* e, quanto ao nosso, lançou no fim as iniciais A.R., talvez meio arrependido, mas não muito, da feia ação que estava praticando... Um grande jornal de S. Paulo é mais original: vem reproduzindo tôdas as nossas reportagens com fidelidade *tabeliôa*, mas antecedendo cada uma delas com esta observação: "O Sr. Adalberto Mário Ribeiro publicou na *Revista do Serviço Público* interessante e oportuna reportagem sobre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, mas se excedeu em pormenores". Em seguida o repórter (?) solta no mesmo jornal uma reportagem sua sobre o mesmo I.N.E.P., cortando apenas o que ele considera supérfluo na nossa e reproduzindo o resto direitinho, sem se esquecer de uma



vírgula, até mesmo as das legendas. Fidelidade assim nunca vimos igual...

Bem, vamos prosseguir sobre o

#### HISTÓRICO DO C.N.G.

No primeiro número da *Revista Brasileira de Geografia* fomos encontrar o histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia, organizado pela sua Secretaria.

Não vamos transcrever na íntegra esse trabalho, que se desdobra nos seguintes pontos: "Introdução", "Antecedentes da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional", "Anseios pela organização geográfica brasileira", "A criação de Conselho Nacional de Geografia" e, finalmente, o Decreto n.º 1.537, de 21 de março de 1937, que instituiu o Conselho Brasileiro de Geografia, como então foi chamado.

Basta-nos, portanto, só transcrever o trecho do histórico sob o título "A criação do Conselho Nacional de Geografia", suficiente, nesta reportagem, ao fim que temos em vista:

"As duas correntes de iniciativas para a criação de um órgão oficial de Geografia, uma relacionada com as atividades internacionais, a outra preocupada com a coordenação das atividades nacionais, ao fim encontraram-se. Isto em outubro de 1936. Era Ministro das Relações Exteriores o eminente brasileiro José Carlos de Macedo Soares, também Presidente do Instituto Nacional de Estatística: como Chanceler, chegavam-lhe as solicitações partidas das maiores autoridades mundiais em Geografia, dizendo da indispensável colaboração cultural do Brasil, país geograficamente interessantíssimo, no concerto de geografia internacional; como Presidente do Instituto, avivavam-se-lhe os apelos no sentido de ser cuidada a geografia nacional, cujos problemas, tão ligados à estatística, precisavam ser tratados por um organismo nacional, congregador das energias geográficas brasileiras, em uma patriótica somação de esforços.

Certo dia, em outubro de 1936, o Ministro Macedo Soares recebia no seu Gabinete de trabalho o Chefe da Seção de Estatística Territorial, que era portador de uma carta do Prof. P. Deffontaines, havia pouco condecorado Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, na qual apelava para a efetivação da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional. Nesse entendimento, Sua Excelência sentiu chegado o momento e no mesmo dia iniciou as providências. Tendo obtido a aprovação do Presidente da República, o ilustre Chanceler convocou no Itamarati as figuras mais representativas da cultura geográfica brasileira, as quais, em reuniões memoráveis, elaboraram o projeto de criação do Conselho Brasileiro de Geografia.

Nessas importantes reuniões, em número de cinco, realizadas respectivamente nos dias 26 e 29 de outubro, 5, 13 e 18 de novembro de 1936, colheu o Governo da União o pensamento concreto dos maiores expoentes da geografia nacional sobre a constituição do órgão geográfico oficial.

Finalmente, a 24 de março de 1937, foi baixado o Decreto n.º 1.527, que "institui o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional e dá outras providências".

A seguir, dando cumprimento ao disposto no artigo 5.º desta lei, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, no dia 16 de junho de 1937, baixou a Resolução n.º 15, que "aprova o Regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia, ad referendum da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística".

Finalmente, no inesquecível dia 1.º de julho de 1937, no salão de conferências do Palácio Itamarati, instalou-se solenemente o Conselho que, dando mostra da sua vitalidade no seio do Instituto Nacional de Estatística, inaugurava no mesmo dia os trabalhos da sua Assembléia Geral, constituída de delegados dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, tal qual o fazia, no mesmo momento, o Conselho Nacional de Estatística.

Envolvendo dois Conselhos, um, o de Estatística, originário, outro, o de Geografia, incorporado um ano após, o nome do Instituto teria de ser modificado para enunciar com justeza e integridade as suas atribuições; assim fez o Governo Federal que, com o Decreto n.º 218, de 26 de janeiro de 1938, denominou-o "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", e também, para fins de uniformização de nomenclatura, chamou de nacionais os seus dois Conselhos componentes, passando portanto o Conselho Brasileiro de Geografia, criado pelo Decreto n.º 1.527, de 24 de março de 1927, a trazer o nome atual de "Conselho Nacional de Geografia".

#### DE NOVO COM O DR. TEIXEIRA DE FREITAS

Se a vontade pudesse prevalecer sobre o dever, teríamos permanecido ainda muitos dias na agradável convivência dos excelentes amigos que fizéramos no Conselho Nacional de Geografia. Já era tempo, entretanto, de encerrar a reportagem naquele setor do Instituto e voltar à Secretaria Geral, no edifício d'A Noite. O Dr. Teixeira de Freitas nos recebeu com a mesma acolhedora bondade da vez anterior. Manifestamos-lhe, de início, o desejo de ouvi-lo mais demoradamente sobre o grande sistema de serviços centralizados pelo I.B.G.E.

— A rigor, não poderia satisfazê-lo — respondeu-nos êle, com um sorriso. — Se fôsse necessário dizer-lhe como surgiu o Instituto, como sua organização se fixou originariamente e se desenvolveu, e quais foram suas realizações até hoje, nem eu teria tempo, no momento, para escrever ou ditar tão longo trabalho, nem a sua revista o comportaria...

— Contentar-nos-emos com um esquema sintético, em que fixe os principais objetivos das diferentes campanhas.

— Está bem. Ainda assim, entretanto, há o que distinguir. O Instituto realiza normalmente campanhas



anuais, visando seus objetivos técnicos, mas lança, igualmente, ou apoia, campanhas sociais ou culturais relacionadas com os seus fins específicos. As primeiras — a que certamente o senhor deseja referir-se — distribuem-se em três grupos, correspondentes às três alas do Instituto.

#### CENTRALIZAÇÃO TÉCNICA E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

— Três alas?

— Exatamente. Duas permanentes, orientadas respectivamente pelo Conselho Nacional de Estatística e pelo Conselho Nacional de Geografia, e a terceira de funcionamento periódico — a censitária — destinando-se a projetar, executar, apurar e divulgar os Recenseamentos Gerais da República, que se devem realizar nos anos de milésimo zero. Esta última é orientada pela Comissão Censitária Nacional, que vem funcionando, desde sua criação, sob a esclarecida presidência do Prof. José Carneiro Felipe, uma ilustre figura de cientista. É constituída por todos os órgãos — nacionais, regionais e municipais — prepostos às pesquisas do censo. Mas, se todos os serviços permanecem, como deveriam permanecer, na dependência exclusiva da respectiva direção central, quer na parte administrativa, quer na parte técnica. Já o mesmo não ocorre quanto às duas outras.

Tanto os serviços de estatística como os de geografia têm sua direção técnica centralizada nos Conselhos que os orientam. No que respeita, porém, à sua vida administrativa, o Instituto só responde pelas Secretarias Gerais dos dois Conselhos, ficando todos os órgãos executivos na dependência dos Governos — dos Estados, do Território, do Distrito Federal e dos municípios — que os houverem instituído. Forma-se, por essa maneira, de acordo com o que foi estabelecido pela Convenção Nacional de Estatística, em agosto de 1936, uma vasta cooperativa interadministrativa, no seio da qual se veri-

fica a inteligente harmonização dos dois princípios — o da centralização na direção técnica e o da descentralização na gestão administrativa.

#### OS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA

Depois de breve pausa, para atender a um funcionário que o consulta sobre assunto de natureza urgente, o Dr. Teixeira de Freitas retoma o fio da palestra:

— Dir-lhe-ia agora, em termos gerais, as atividades do Instituto e seus frutos. Por onde deseja que comece?

— Pela estatística, se possível.

Nesse setor, temos pesquisas sistemáticas, anuais, realizadas por meio dos conjuntos de formulários, que chamamos Cadernos A, B e C, e inquéritos especiais. Esses inquéritos e pesquisas, executados por intermédio de órgãos federais especializados e dos Departamentos regionais e Agências Municipais, têm sua coordenação final a cargo de cinco repartições centrais, que são os Serviços de Estatística dos Ministérios da Justiça, da Agricultura, do Trabalho, da Educação e da Fazenda. E os resultados dessas estatísticas, não obstante sua divulgação avulsa — apenas interrompida, por determinação superior, em virtude do estado de guerra — são resumidos no "Anuário Estatístico do Brasil", a cargo da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística, que o é também do Instituto, compreendido em seu conjunto, e em várias outras publicações e cadernos mimeografados.

— Aludiu o senhor a cinco órgãos centrais federais. Verifico, todavia, pelo esquema estrutural do Instituto, que é bem mais amplo o quadro executivo do Conselho Nacional de Estatística...

— É exato. Há ainda, na organização regional, vinte e duas repartições centrais de estatística geral — uma em cada Estado, Distrito Federal e Território do Acre, e numerosos órgãos cooperadores, ou sejam servi-



C.N.G. — Serviço de mecanografia, que, além da tarefa de expediente comum, prepara os originais de publicações enviadas à impressão



## SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

A — ÓRGÃO ADMINISTRATIVO — Secretaria Geral do Conselho e do Instituto.			
I — Conselho Nacional de Estatística (Orientação e coordenação gerais) — Criado pelo Decreto n.º 24.609, de 6 de Julho de 1934, regulamentado pelo Decreto n.º 1.200, de 17 de Novembro de 1936.	B — Órgãos deliberativos .....	Assembléia Geral ..	(Os membros da Junta Executiva Central, representando a União Federal, e os presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando as Unidades Fedradas). — Reúne-se ordinariamente em uma sessão anual inaugurada a 1.º de julho, em reunião conjunta com a A.G. do C.N.G., sob a presidência do Presidente do Instituto.
		Junta Executiva Central .....	(O Presidente do Instituto, os diretores das 5 Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, das Relações Exteriores, da Guerra e da Marinha). — Reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena.
		Juntas Executivas Regionais .....	No Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre (Composição variável, mas guardada a possível analogia com a Junta Executiva Central).
		Comissões Técnicas ..	9 "Comissões Permanentes" (Estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas da produção, estatísticas da circulação, distribuição e consumo, estatísticas do bem estar social, estatísticas de assistência social, estatísticas educacionais, estatísticas culturais e estatísticas administrativas e políticas); tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias.
C — Órgãos opinativos .....		Corpo de Consultores Técnicos .....	36 membros incumbidos de 29 seções e 7 representações. Eleição pela Assembléia Geral, mandato de quatro anos.
II — Quadro Executivo (Cooperação federativa)	A — Organização federal .....	Repartições centrais de estatística geral.	SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA — Ministério da Justiça e Negócios Interiores. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO — Ministério da Agricultura. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PREVIDÊNCIA E TRABALHO — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — Ministério da Educação e Saúde. SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOMORFOLÓGICA — Ministério da Viação e Obras Públicas (Subordinado provisoriamente à Presidência do Instituto).
		Órgãos cooperadores ..	Serviços e seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.
		Repartições centrais de estatística geral ...	TERRITÓRIO DO ACRE: Departamento de Geografia e Estatística. — AMAZONAS: Departamento Estadual de Estatística. — PARÁ: Departamento Estadual de Estatística. — MARANHÃO: Departamento Estadual de Estatística. — PIAUÍ: Departamento Estadual de Estatística. — CEARÁ: Departamento Estadual de Estatística. — RIO GRANDE DO NORTE: Departamento Estadual de Estatística. — PARAÍBA: Departamento Estadual de Estatística. — PERNAMBUCO: Departamento Estadual de Estatística. — ALAGOAS: Departamento Estadual de Estatística. — SERGIPE: Departamento Estadual de Estatística. — BAHIA: Departamento Estadual de Estatística. — ESPÍRITO SANTO: Departamento Estadual de Estatística. — RIO DE JANEIRO: Departamento Estadual de Estatística. — DISTRITO FEDERAL: Departamento de Geografia e Estatística. — SÃO PAULO: Departamento Estadual de Estatística. — PARANÁ: Departamento Estadual de Estatística. — SANTA CATARINA: Departamento Estadual de Estatística. — RIO GRANDE DO SUL: Departamento Estadual de Estatística. — MATO GROSSO: Departamento Estadual de Estatística. — GOIÁS: Departamento Estadual de Estatística. — MINAS GERAIS: Departamento Estadual de Estatística.
		Órgãos cooperadores ..	Serviços e Seções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.
B — Organização regional .....		Repartições centrais de estatística geral ...	Serviços e Seções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.
C — Organização local .....		Agências Municipais de Estatística	



gos e seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos. Vem, por fim, a organização local, integrada pela rede de Agências Municipais de Estatística. E já que falamos sobre isso, cumpre não esquecer o interesse especial que o Instituto sempre dispensou aos serviços regionais de estatística, aos quais, por sua vez, os respectivos governos, com grande patriotismo e descortino, têm dispensado a maior atenção, procurando melhorá-los dia a dia. Nêles trabalham dirigentes e funcionários de grande dedicação e valor. A muitos desses serviços — todos eles, aliás, visitados, em diferentes oportunidades, pelo Presidente, o Secretário Geral ou Inspectores do Instituto — o Conselho Nacional de Estatística presta especial assistência, por meio de delegados especiais, que os dirigem em comissão, ou servem de assistentes a seus diretores. Ainda têm, ou já tiveram, essa colaboração, além do Território do Acre e do Distrito Federal, os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco (quanto ao serviço municipal do Recife), Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiaz, Minas Gerais e Mato Grosso.

Devo aludir, por fim, a três importantes serviços filiados ao sistema do Instituto e cuja colaboração se reveste da maior importância, para os interesses da estatística geral brasileira. São eles, na ordem cronológica da filiação, a Seção de Estatística do Departamento Nacional do Café, o Departamento de Estatística do Loide Brasileiro e o Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil. Estão esses órgãos sob a operosa, dedicada e competente direção de três experientados profissionais, os distintos colegas Segismundo Melo, Amaro Soares de Andrade e Júlio de Matos.

#### REALIZAÇÕES GEOGRÁFICAS

— Anotaremos, com prazer, as suas referências a esses dignos colaboradores da obra do Instituto. E quanto à ala geográfica, Dr. Teixeira?

— Sobre o Conselho de Geografia, não teria novidades a lhe dar, depois da visita feita aos serviços de sua Secretaria Geral. Como sabe, cumpre-lhe movimentar todos os órgãos executivos de trabalhos geográficos, tanto da administração federal, como da regional e municipal. Está elaborando a Carta Geral da República ao milionésimo, organizando ao mesmo tempo mapas das Unidades Federadas e revendo os 1.574 mapas municipais do Brasil.

Para esse fim, apoiando-se principalmente no serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, sob a eficiente direção do Dr. Christovam Leite de Castro, que também é o seu Secretário Geral, executa as campanhas das coordenadas e das altitudes e efetua vários levantamentos especiais, além de reunir, criticar e coordenar todos os estudos geográficos já realizados no país, até o presente.

Ainda tem a seu cargo o preparo das monografias corográficas dos municípios, do dicionário toponímico e das tábuas das efemérides geográficas brasileiras. A par de tudo isso, promove excursões de estudos e realiza cursos e tertúlias, como o senhor certamente já anotou em sua reportagem.

— E' verdade. E devo dizer-lhe que o fiz com a maior satisfação, porque tudo quanto vi, durante a minha visita, me deixou excelentemente impressionado em relação à eficiência desse importante setor do Instituto.

— Sensibilizam-nos muito expressões como essas, da parte de um jornalista com o seu tirocinio e experiência. Aliás, a obra do Instituto sempre encontrou na imprensa do país um ambiente de larga e generosa compreensão. Devemos-lhe os melhores estímulos para tudo quanto nos tem sido possível realizar, em oito anos de incessantes esforços.

#### REPERCUSSÃO NO ESTRANGEIRO

— E a repercussão dessa obra, no estrangeiro? — indagamos.

— Menos como "ibgeanos", propriamente, do que mesmo como brasileiros, só temos motivos para nos orgulhar dos numerosos testemunhos de apreço e admiração que nos chegam, a cada momento, sobretudo dos meios técnicos especializados. Destaco, em primeiro lugar, pela sua procedência, a honrosa mensagem com que nos distinguiu Sua Santidade o Papa Pio XII. Figura numa das publicações que tive o prazer de oferecer-lhe em sua primeira visita.

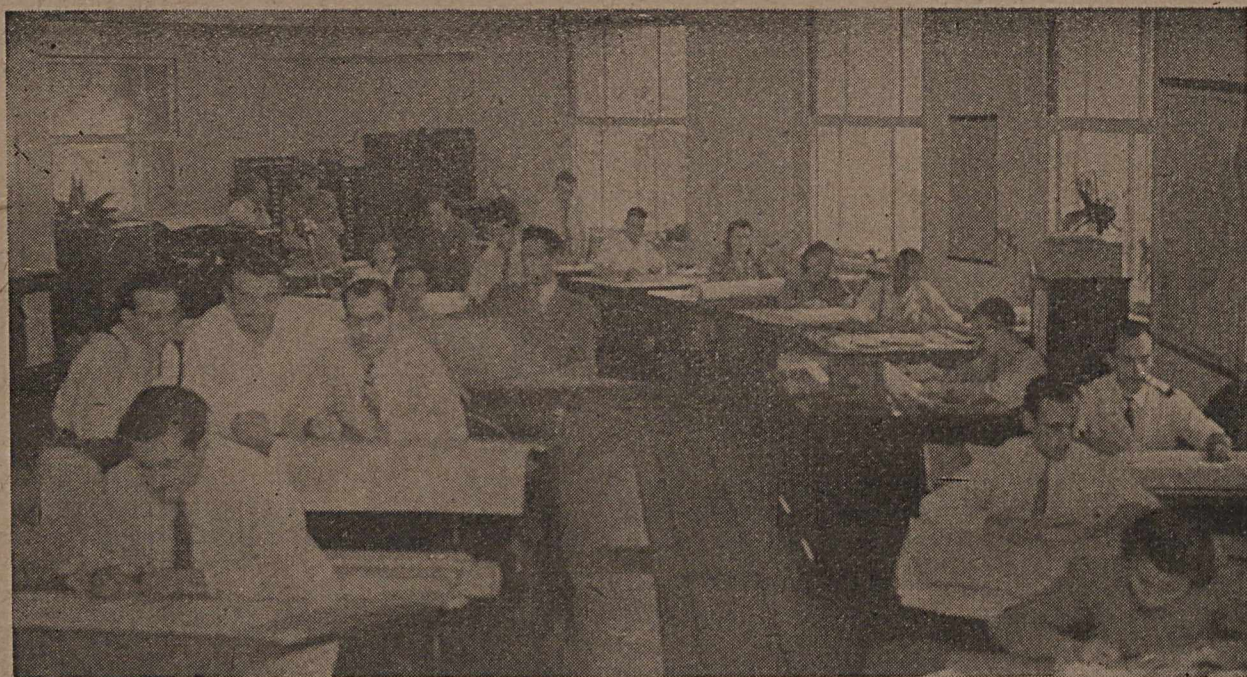
— E' um belo documento, na verdade. Tanto assim que vamos transcrevê-lo em nossa reportagem.

— Por sua vez, o VIII Congresso Científico Americano, reunido em Washington em maio de 1940, "considerando que a planificação e coordenação das atividades estatísticas, nos países democráticos que possuem forma de governo federal e organização descentralizada do serviço estatístico, constituem tarefas de peculiar dificuldade", consignou, em expressiva resolução, o seu louvor à Nação Brasileira, "pelo impressionante desenvolvimento de sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional".

Também o II Congresso Interamericano de Municípios, realizado em Santiago do Chile, teve lisonjeiros pronunciamentos em relação à Estatística Brasileira. E atribuiu ao nosso Instituto um papel de grande relevo na coordenação geral dos levantamentos estatísticos em todos os municípios da América.

Os nossos arquivos guardam numerosos depoimentos de técnicos e especialistas do Novo e do Velho Mundo, que não escondem seu apreço pelo que vamos conseguindo fazer, apesar das dificuldades que oferecem as condições do país, — dificuldades que resultam, sobretudo, da vastidão do território, dispersão dos núcleos demográficos e deficiência correlata dos meios de transportes e comunicações. E vimos, ainda recentemente, um dos países onde maior é o aperfeiçoamento dos serviços estatísticos, a nobre Nação Argentina, inspirar-se, de certa maneira, no exemplo brasileiro, para a instituição de um Conselho Nacional de Estatística e Censos, cuja estrutura e funcionamento coincidem, quase inteiramente, com os do nosso, inclusive pelo recurso à admirável virtualidade da cooperação interadministrativa. Temos merecido, ainda, honrosas referências da parte do Instituto Interamericano de Estatística, pelos seus membros mais eminentes. Aliás, o I.B.G.E. foi a primeira entidade a filiar-se àquela prestigiosa instituição, a que também aderiu o Brasil.





C.N.G. — Preparação de mapas parciais para confecção da Carta Geral do Brasil

#### CAMPANHAS CULTURAIS

— Com efeito, são testemunhos bastante expressivos, sobretudo porque inteiramente insuspeitos. Mas, ao que me parece, a atuação do Instituto, não se limita a “fazer geografia” e “fazer estatística”... Aliás, o senhor aludiu, de início, a campanhas culturais.

— Na verdade, como já tenho acentuado em diferentes ocasiões, todos os nossos trabalhos representam, de certo modo, campanhas dessa natureza. Quer obedçam apenas a objetivos de propaganda, visando criar um ambiente social favorável à investigação estatística, quer digam respeito, propriamente, às funções específicas dos diferentes órgãos do Instituto — inquérito, crítica, análise e divulgação —, todos esses trabalhos servem aos interesses de nossa cultura e revestem-se mesmo, em alguns casos, de um alto sentido cívico, inspirados que são nos melhores propósitos de unidade e renovação nacional.

O Instituto mantém um regime de estreita cooperação com numerosas instituições, tais como, entre outras, a Associação Brasileira de Educação, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a Liga Esperantista Brasileira; participa de exposições e feiras e de congressos técnicos e científicos; promove cursos de especialização e aperfeiçoamento; e ainda promove celebrações como a do “Dia do Estatístico”, de significação cívico-profissional, a 29 de maio de cada ano, e do “Dia do Município”, de realização quinzenal, coincidente com o início da vigência dos novos quadros territoriais-administrativos e judiciários — das diferentes circunscrições da República.

— Lembramo-nos, por exemplo, de que o I.B.G.E. teve uma participação destacada no “batismo cultural” de Goiânia, dois anos atrás...

— Realmente. Sensível à importância histórica do grande empreendimento do Interventor Pedro Ludovico, que representa, sob vários aspectos, uma das mais brilhantes conquistas da civilização brasileira, em seu esforço de penetração do *hinterland*, o Instituto procurou contribuir para que a inauguração oficial da nova metrópole goiana se verificasse em meio a um conjunto de iniciativas culturais da mais alta significação. Destaco, dentre essas iniciativas, o VIII Congresso Brasileiro de Educação e a II Conferência Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, para não falar, ainda, na reunião em Goiânia, completando o programa das solenidades que serviram de moldura ao magno acontecimento, das assembléias gerais dos dois Conselhos dirigentes do Instituto — o de Estatística e o de Geografia — e da Sociedade Brasileira de Estatística.

Aliás, a participação do Instituto ainda não chegou a seu termo: acham-se em impressão em nossas oficinas tipográficas, devendo ser lançados dentro de breve prazo, de acordo com o que deliberou a respeito o Conselho Nacional de Estatística, os Anais do Congresso de Educação, os quais reúnem valiosíssimas contribuições sobre numerosos problemas de organização nacional, encaradas sob o aspecto das suas ligações, diretas ou indiretas, com as questões educacionais.

#### O “IDEÁRIO CÍVICO DOS IBGEANOS”

— Lembro-me de ter visto, em notícias e entrevistas, referências ao “ideário cívico dos ibgeanos”. Será que o público está suficientemente esclarecido quanto ao que isto significa?

— Acredito que sim. Aliás, eu próprio, em mais de uma oportunidade, já referi detalhadamente os pontos essenciais desse “ideário”, inclusive em longa entrevista ao



jornal "A Manhã", que a "Revista do Serviço Público" teve a gentileza de reproduzir. Conforme acentuei então, trata-se apenas de sugestões e alvites formulados, sob sua responsabilidade pessoal, pelos técnicos que se dedicam às investigações estatísticas e geográficas. Permita-me, aliás, que reproduza integralmente o esclarecimento que está na mesma entrevista:

"Essa atuação "política" (no bom sentido) dos homens que servem ao Instituto é, aliás, natural. Não é superfetação, nem um extravasamento. Não invadimos seara alheia. Bem pelo contrário. Se ao Instituto, lhe cabe investigar, traduzir em números e esquemas, e sistematizar todas as condições fundamentais em que vive a Nação, é aos olhos dos técnicos do Instituto que se revelam em primeira mão as poderosas sugestões da observação realizada. Naturalmente, os números, as cartas e os esquemas são postos à disposição dos sociólogos, dos estadistas e dos políticos, e a eles é que cumpre fixar em definitivo as diretrizes de reorganização que emergirem da análise científica dos fatos observados. Mas certos detalhes da realidade examinada saltarão mais aos olhos daqueles próprios que efetuaram as pesquisas e, pelo exame simultâneo dos vários aspectos da vida nacional, estão em condições de sentir melhor a premência ou o caráter essencial de umas tantas soluções que os fatos apontam. O Instituto, pois, dados os seus fins, não poderia senão incentivar o leal depoimento dos seus observadores, às vezes, mesmo, procurando resumí-los e encaminhá-los aos diferentes órgãos do Governo e da administração a que a responsabilidade das deliberações executivas estiver distribuída. Essa preocupação de bem aproveitar os depoimentos da observação geográfica, estatística ou censitária tem sido, aliás, não só aprovada, mas estimulada em alto grau pela autoridade do Chefe da Nação, a quem o Instituto está diretamente subordinado".

#### REDIVISÃO POLÍTICA

— Muito bem. Embora não se trate de assunto inédito, creio que não haveria inconveniente em que fizesse breve reconstituição dos temas principais do "ideário".

— Se assim lhe parece, não tenho dúvida. Interessamos particularmente que esses ideais se tornem mais conhecidos para que sejam, cada vez mais, bem compreendidos.

Referirei, de início, entre os nossos temas prediletos, o problema da recomposição do quadro das Unidades Políticas, de modo a assegurar-lhes a equivalência territorial e a equipotência virtual.

Nos termos em que o assunto vem sendo colocado em nossos estudos, a solução terá de ser dada através de fórmulas que garantam o unânime assentimento das populações interessadas e o apoio integral dos seus dirigentes. Essas fórmulas já constam de vários trabalhos divulgados pelo Instituto e integram um conjunto orgânico de medidas que contornam todas as dificuldades, harmonizam todos os interesses e conciliam todos os pontos de vista, dentro de um pensamento superior de

organização e unidade nacional. Tais medidas, por sua vez, já de si bastante suasórias, hábeis e prudentes, articulam-se com outras não menos justas e transigentes.

Estamos convencidos de que essa recomposição, nos moldes delineados, é o único meio de reparar uma grave injustiça histórica na distribuição de um patrimônio comum — o território —, bem como de fazer repousar a Federação em inabaláveis fundamentos de justiça, equilíbrio e equidade.

#### MEDIDAS COMPLEMENTARES

— E as medidas a que alude? Certamente os leitores estimariam conhecê-las...

— Inicialmente, a transferência da Capital da República para o interior do país, em duas etapas, a última das quais destinada a assegurar a sua definitiva localização no planalto de Formosa, como sempre pareceu necessário, inclusive a grandes figuras do passado. Essa providência resultaria num impulso formidável à interiorização de nossas forças civilizadoras, atendendo ainda ao objetivo — que a prudência aconselha — de preservação e defesa do centro de coordenação de todas as atividades do país, que outra coisa não representa a sua capital política.

Vem depois a divisão departamental, obtida mediante o consorciamento de municípios, visando vitalizar a organização comunal e estender uma rede de cerca de duzentas metrópoles (capitais dos diferentes consórcios), destinadas a exercer — cada uma com um raio médio de ação de cem quilômetros — um papel decisivo na organização e desenvolvimento das fontes de riqueza nacionais.

Segue-se o plano das Colônias-Escolas e do Exército do Trabalho. As primeiras seriam verdadeiros centros de readaptação da população rural dispersa e desajustada ao trabalho e à vida social. O segundo, um grande quadro para prestar assistência e dar, em curto prazo, formação profissional suficiente aos elementos socialmente desajustados e sem trabalho, que constituem pesos mortos na economia dos centros urbanos. Os elementos do Exército do Trabalho seriam utilizados ainda para estabelecer ou melhorar os novos núcleos metropolitanos dos Departamentos, bem assim na abertura dos seus campos de aviação e das estradas que os liguem entre si. Vale dizer: instrumento, a um só tempo, de prevenção social, de educação e assistência, de colonização intra-fronteiras, de oportuno, louvável e necessário *imperialismo interior* e também, por isso mesmo, senão diretamente, de defesa e segurança nacional. Aliás, a idéia da criação do Exército do Trabalho — exposta, há vários anos, em numerosos estudos de técnicos do Instituto — ganhou terreno, ainda recentemente, através do plano lançado, em relatório, por um ilustre militar, o Tenente-Coronel Dr. Francisco Pessoa Cavalcanti, chefe da 6.ª Circunscrição de Recrutamento Militar. Embora sob outra modalidade, o objetivo a atingir é praticamente o mesmo.

#### COOPERAÇÃO INTER-ADMINISTRATIVA

— De fato, a iniciativa parece bastante feliz. Mas, estão esgotados os temas do "Ideário"?



— De nenhum modo. Todavia, procurarei simplificar a enumeração aludindo, apenas, a três itens mais. O primeiro refere-se à extensão a todos os campos de ação administrativa e governativa necessariamente comuns à União, aos Estados e aos Municípios, do mesmo princípio cooperativo cuja eficiência tem sido tão largamente demonstrada no setor da estatística e da geografia. A instituição, mediante convenções interadministrativas, de grandes sistemas de serviços a um só tempo federais, estaduais e municipais, por delegação das autonomies co-existent, evitaria uma lamentável dispersão de esforços, a serviço de idênticos objetivos, nas três órbitas de governo, permitindo assim um impulso de inéditas proporções, em matéria de organização nacional.

— E quais os campos, Dr. Teixeira de Freitas, que, ao seu ver, reclamam ação convergente e articulada da União, Estados e Municípios?

— Além do da estatística e da geografia, ou seja o do conhecimento das condições existenciais da nação, sete outros me ocorrem, de pronto: o do fomento agrícola, o da saúde, o da educação, o das comunicações rodoviárias, o da tributação e arrecadação, o da organização administrativa, e, finalmente, o das pesquisas tecnológicas, que também lucraria extraordinariamente em ser explorado por um conjunto de órgãos, formando um

sistema interadministrativo apoiado no Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério do Trabalho.

E' preciso reconhecer, aliás, que em alguns campos, além do estatístico-geográfico, já se registram certas iniciativas que, de algum modo, traduzem animadora evolução, no terreno concreto, do princípio da cooperação administrativa. Gostaria de aludir, por exemplo, ao Convênio Nacional do Ensino Primário, promovido pelo Ministério da Educação, e aos acordos de fomento agrícola, de iniciativa do Ministério da Agricultura. São, porém, iniciativas parciais, que ainda não atendem, de modo orgânico e completo, aos altos objetivos nacionais previstos na esquematização geral do plano.

— Contudo, demonstram que a idéia está em marcha. E isto já é, sem dúvida, grande coisa. Mas, o senhor prometeu aludir a três itens mais e, por enquanto, estamos apenas no primeiro...

#### DEPARTAMENTO DO GOVERNO

— Tem razão. Procurarei agora ser mais breve, referindo-me, de início, ao item em que é focalizada a conveniência da criação, como complemento da máquina administrativa brasileira, de um "Departamento de Governo", destinado a funcionar como gabinete técnico da Presidência da República. Esse novo órgão, subordi-



*O Presidente do I.B.G.E., Embaixador José Carlos de Macedo Soares, e o Presidente da Comissão Censitária Nacional, Professor J. Carneiro Felipe, fazem uma exposição ao Presidente Getúlio Vargas sobre os trabalhos do Recenseamento Geral de 1940*



nado diretamente ao Chefe do Estado, teria a incumbência de planificar a ação governamental, unificando-a mediante a necessária articulação dos objetivos distribuídos entre os diferentes Ministérios. Estes, por sua vez, passariam a ter o seu esquema subordinado a uma fórmula racional, capaz de atender, segundo uma distribuição perfeita de finalidades, às exigências fundamentais da máquina do governo.

Veja se não lhe parece perfeitamente lógica a esquematização: I — Setor referente à soberania da Nação: 1) Ministério da Fazenda; 2) Ministério da Ordem Política; 3) Ministério das Relações Exteriores. II — Setor referente à segurança nacional: 1) Ministério da Defesa Terrestre; 2) Ministério da Defesa Naval; 3) Ministério da Defesa Aérea. III — Setor referente à assistência social: 1) Ministério da Educação; 2) Ministério da Saúde; 3) Ministério do Trabalho. IV — Setor referente à organização econômica: 1) Ministério da Produção; 2) Ministério dos Transportes e Comunicações; 3) Ministério do Comércio.

Desenvolver os argumentos em favor desse plano — já exaustivamente expostos noutras oportunidades — nos levaria muito longe. Com relação aos Ministérios afins de cada um desses grupos, e também quanto à ação conjunta dos grandes setores que esses grupos representam, caberia ao Departamento do Governo — verdadeiro Estado-Maior da Presidência da República —, no que se referisse ao estabelecimento e execução dos planos gerais, função análoga à dos dois aparelhos que tão úteis vêm sendo, indiscutivelmente, ao esforço da renovação do Estado Brasileiro: o D.A.S.P., destinado a unificar a gestão administrativa, e o I.B.G.E., com atribuições idênticas, quanto às atividades estatísticas e geográficas.

#### NOVA POLÍTICA SOCIAL

-- Muito bem. O terceiro item, finalmente, diz respeito...

— ...à política social do Estado. Foi amplamente desenvolvido, aliás, numa Resolução da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística em que se formularam várias sugestões ao Governo, a propósito da lei de amparo à família, mas onde é recomendado que a experiência da reforma se realize primeiro em relação ao funcionalismo público.

Trata-se de um plano inspirado em generosos princípios de justiça distributiva e que visa contribuir por meio de um cauteloso processo evolutivo, para a instituição de uma ordem social renovada, em que os interesses da família e os postulados de justiça social mereçam, realmente, a proteção devida. Os seus pontos fundamentais são estes: diferenciação, no funcionalismo público, das cinco ou seis categorias ou graus fundamentais de responsabilidade funcional, independentemente da modalidade profissional; fixação dos correspondentes níveis de remuneração numa escala objetiva, justa e reajustada periodicamente ao custo real da vida; estabelecimento do sistema de remuneração correlatamente a essa escala, de modo a fixar-se, de um lado, o estipêndio individual adequado à capacidade do empregado, e, do outro — em apropriada dependência desse

estipêndio — a majoração periódica em função do tempo de efetivo exercício e do merecimento. Isto, além do abono de família, e do mês suplementar, completando-se o sistema pela fixação, em escalonamento proporcional aos níveis fundamentais, das "gratificações de função" correspondentes aos diferentes graus de qualidade ou responsabilidade dos encargos que o empregado pudesse assumir eventualmente, em consequência de aptidões específicas ou de investidura de chefias. Estas, porém, só atribuíveis pelo critério da confiança pessoal do chefe imediato.

— São grandes e generosos ideais, esses. Lamentamos que o espaço de que vamos dispor não nos permita solicitar-lhe uma exposição ainda mais ampla, que abrangesse, um a um, todos os postulados do "ideário".

— Muito obrigado. Assinale, então, em sua reportagem, mais esses dois objetivos, que me parecem bastante expressivos e cuja simples referência não alongará demasiado esta exposição: primeiro, educação gratuita em todos os graus e efetivamente obrigatória no grau primário, prestando o Estado, para esse efeito, a necessária assistência econômica e social; segundo, a adesão do Brasil ao grupo de países que se propõem a adotar, obrigatoriamente, o ensino do Esperanto como língua auxiliar neutra, para uso nas relações internacionais.

#### AS PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

Anotamos o que acabava de nos dizer o Dr. Teixeira de Freitas, e fizemos-lhe uma pergunta:

— São muitas as obras editadas pelo Instituto?

— Não seria curta a enumeração... A mais importante delas é o "Anuário", cuja publicação — interrompida fazia vinte anos — foi retomada logo depois de criado o Instituto. Sua última edição corresponde ao biênio 1939-1940, achando-se a série temporariamente interrompida em virtude das restrições baixadas pelo Conselho Nacional de Estatística e aprovadas pelo Sr. Presidente da República, relativamente à divulgação de dados estatísticos, durante a vigência do estado de guerra.

A esse respeito, aliás, revelarei uma novidade que possivelmente interessará muitos dos seus leitores: tendo em vista as ponderações de várias entidades, os reclamos da imprensa e a circunstância de haver variado muito, entre os órgãos da administração pública, a interpretação das restrições assentadas pelo Instituto, — estabelecendo-se, dessa forma, multiplicidade de critérios — o Conselho voltou a examinar o assunto, havendo a sua Junta Executiva Central, baixado, em reunião recente, nova Resolução sobre a matéria, a ser encaminhada à consideração do Governo. Nos termos dessa nova decisão, passarão a prevalecer normas bem mais flexíveis para a divulgação de dados estatísticos, evitando-se por essa forma, embora com as naturais restrições quanto aos elementos que interessem, de modo particular, à segurança e defesa do país, que as atividades públicas e privadas deixem de beneficiar-se das vantagens que para elas resultaria de uma utilização mais ampla dos dados estatísticos levantados, sistematicamente, pelos vários órgãos integrantes do sistema do Instituto.





*O I.B.G.E. é constantemente visitado por estudiosos e especialistas em Estatística e Economia. Vê-se no clichê uma turma de alunas da Universidade do Brasil, ouvindo uma exposição do Secretário Geral, Sr. Mario Augusto Teixeira de Freitas*

Mas, prosseguindo: com o material numérico do "Anuário" convenientemente enriquecido, fazem-se vinte e duas Sinopses Estatísticas Regionais, uma para cada Unidade da Federação. E' feita, ainda, uma outra, de síntese nacional, em Português e Inglês, e também um resumo em Esperanto, no qual se consubstanciam os dados essenciais sobre o nosso país. Parte da edição do "Anuário" é desdobrada em vários tomos, correspondentes à natureza de suas diversas seções: situação física, situação demográfica, situação econômica, etc.

O Instituto mantém, ainda, quatro publicações periódicas: a "Revista Brasileira de Geografia" e o "Boletim Geográfico", do Conselho Nacional de Geografia, e a "Revista Brasileira de Estatística", órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística e da Sociedade Brasileira de Estatística, e o "Boletim Estatístico", também de responsabilidade desse último Conselho. As nossas duas revistas vêm desenvolvendo um interessante plano de cultura e pesquisa científica. Circulam amplamente em todo o território nacional — pois que nem um só dos nossos municípios deixa de recebê-las — como ainda servem ao largo intercâmbio mantido pelos dois Conselhos com instituições técnicas e científicas do estrangeiro.

#### ESTATÍSTICAS "HISTÓRICAS"...

Depois de breve pausa, o Dr. Teixeira de Freitas observa:

— Aliás, a publicação do "Boletim Estatístico" veio neutralizar a injustiça de uma crítica vez por outra formulada, ou apenas sugerida, em relação aos serviços estatísticos oficiais: a de que as suas divulgações, via de regra, se revestem de interesse meramente histórico...

— Como assim?

— E' que, com ele, temos em vista, justamente, assegurar imediato aproveitamento, por parte dos interessados, do material que vai sendo coligido nos intervalos das edições do "Anuário" e que, ao aparecer nessa obra, já se apresenta, de certa maneira, antiquado, — como é, de resto, perfeitamente razoável num país com a extensão territorial do Brasil. A maior parte do "Boletim" contém estatísticas mensais, nas quais se estudam, exclusivamente, aspectos econômicos. Pois bem: para ficar demonstrado que não é tão duvidosa assim a utilidade dessas estatísticas, do ponto de vista de sua atualidade, basta referir que, no último número divulgado, referente ao trimestre janeiro-março deste ano, várias



séries vêm até janeiro último e as demais chegam ao mês anterior.

#### TRABALHOS ESPECIAIS

— Muito bem. São essas, porém, ao que depreendo de suas palavras, as publicações de caráter permanente. Mas, não têm sido lançadas outras, dedicadas a determinados assuntos?

— Assim acontece, realmente. Citarei, entre elas, como realizações da ala estatística, “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Ortografia”, contribuição à campanha desenvolvida pelo Instituto no sentido do integral prevalecimento do acôrdo ortográfico entre o Brasil e Portugal; o “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação”, elucidário oferecido à 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Educação realizada nesta capital em novembro de 1941; o volume em inglês “Brazil”, organizado por incumbência especial do Ministério das Relações Exteriores; “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Município”, dedicado ao II Congresso Interamericano de Municípios, a que já me referi, “Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil” para não falar, ainda, em várias outras publicações de menor porte, de objetivos técnicos e culturais. Por êsses dias, será lançado, em número especial da “Revista Brasileira de Estatística”, o “Vocabulário Brasileiro de Estatística”, organizado por um ilustre especialista, o pro-

fessor Milton da Silva Rodrigues, por incumbência do Instituto e da Sociedade Brasileira de Estatística. Há, além disso, os vários volumes em que vem sendo compendiada a legislação dos órgãos dirigentes do Conselho — Assembléia Geral e Junta Executiva Central — e ainda a legislação federal referente à estrutura e ao funcionamento do sistema do Instituto.

— A ala de geografia acompanha brilhantemente êsse esforço de divulgação cultural.

— Tem tãda a razão. Acompanha-o e chega mesmo a superá-lo, sob certos aspectos. Embora não seja o mais indicado para falar a êsse respeito, pois seria mais lógico que o fizeste o meu prezado companheiro Christovam Leite de Castro, destacarei entre as iniciativas mais importantes do Instituto, nesse setor, o lançamento da Biblioteca Geográfica Brasileira, na qual já foram divulgadas duas interessantes contribuições, do Coronel Lima Figueiredo e Professor Francis Ruellan, e várias outras estão anunciadas.

#### ESFÔRÇO DE DIVULGAÇÃO

— Mas não se limita a isso — prosseguiu o Dr. Teixeira de Freitas — o esforço de divulgação do Instituto. Estou referindo, apenas, algumas iniciativas dos órgãos centrais, nesta capital. Também nos Estados os serviços integrantes do sistema desenvolvem — uns mais, outros menos — apreciável atividade publicitária. A



Aspecto do núcleo central da Secretaria Geral do I.B.G.E.



todos eles — com exceção de quatro, apenas — já devemos excelentes contribuições para as “Tábuas Itinerárias Brasileiras”, que o Instituto cogita de editar, oportunamente, e que constituirá o trabalho mais completo jamais organizado sobre as vias de comunicações do país. Além do que, tanto a própria Secretaria Geral como vários órgãos regionais do sistema têm mantido, em caráter regular, um interessante serviço de informações, sob a forma de “comunicados” em edições mimeográficas.

— Esses “comunicados” permitem, sem dúvida, a divulgação de dados bastante atuais.

— Exatamente. De certa maneira, completam a providência que tivemos em vista, com o lançamento do “Boletim Estatístico”. Além do que — refiro-me aos que são atualmente distribuídos pela Secretaria — esses trabalhos não se destacam apenas pelo alto valor informativo para o comum dos leitores. Como a sua elaboração está confiada a um eminente especialista, de notável capacidade técnica — o Professor Giorgio Mortara — revestem-se eles de grande alcance científico, valendo como verdadeiras contribuições econométricas sobre os assuntos tratados.

#### REGULARIDADE DOS LEVANTAMENTOS

— Poderia o senhor dizer-nos quais são esses assuntos?

— Com prazer. Os “comunicados” apresentam, de forma espositiva, os resultados dos inquéritos econômicos para a defesa nacional, cuja execução o Governo confiou ao Instituto por Decreto-lei de setembro de 1942.

— Ah! sim. Já tive notícia deles, através dos jornais. O senhor falou-me, também, das Campanhas Estatísticas, realizadas por meio dos Cadernos A, B, e C, enviados a todos os Municípios.

— É esse o principal inquérito da estatística brasileira. Abrange todos os aspectos da vida do país, desde a situação física, às atividades políticas e administrativas. Os seus resultados vêm melhorando progressivamente e empregam-se todos os esforços, no momento, para que a coleta, crítica, apuração e divulgação das informações referentes a cada ano sejam feitas sempre dentro do ano seguinte. Será isto, sem dúvida, uma bela vitória, num país como o Brasil, onde tantos fatores contribuem para as tremendas dificuldades com que lutam os serviços estatísticos.

— Com efeito. Mas, Dr. Teixeira de Freitas, há grande atraso nos demais levantamentos?

— Absolutamente, não. Veja o caso dos inquéritos econômicos. No Distrito Federal, tem-se, cada mês, os dados sobre vendas e estoques relativos ao mês anterior. Alguns assuntos mais importantes são apurados por décadas e mesmo diariamente, como ocorre, por exemplo, em relação ao controle da saída dos gêneros alimentícios, visada pela Coordenação da Mobilização Econômica. Nos Estados, a execução do trabalho fica na dependência de transporte do material, problema esse muito agravado nas atuais circunstâncias. O atraso varia de um a cinco meses, limite máximo para as regiões mais distantes. Via de regra, tem-se, em cada trimestre, os dados referentes ao trimestre anterior. Quase o mesmo se pode dizer quanto ao levantamento das correntes in-

ternas de comércio. Nesta capital, a apuração está sendo feita com uma diferença máxima de 45 dias, em relação à saída das mercadorias. Também nos Estados, a situação é muito boa, devendo tornar-se ótima, com absoluta regularidade nas apurações mensais, logo que São Paulo atualize e Minas normalize os seus levantamentos.

— São bastante animadoras essas informações. E os outros inquéritos?

— Vários deles já se encontram perfeitamente regularizados. As estatísticas compreendidas no campo de competência do Ministério da Fazenda, inclusive as do comércio exterior e de cabotagem, movimento bancário e custo de vida no Distrito Federal, acham-se em dia. O Serviço de Estatística da Produção está apurando com eficiência os dados relativos à matança de gado em todo o Brasil e à produção extrativa mineral. E já começa a realizar, em seguras condições de êxito, a previsão e confirmação trimestrais das safras, objetivo esse que só agora vai ser alcançado pela nossa estatística agrícola. O plano de registro e levantamento industriais acha-se com a execução convenientemente encaminhada, devendo ser apurados até março de cada ano os dados referentes ao ano anterior. Quanto às demais estatísticas, abrangentes de variados aspectos da vida nacional, — demográficos, econômicos, sociais e culturais — todos os esforços vêm sendo empregados para anular progressivamente a diferença entre a data de sua divulgação e a ocorrência dos fenômenos computados.

#### O PROBLEMA DAS AGÊNCIAS MUNICIPAIS

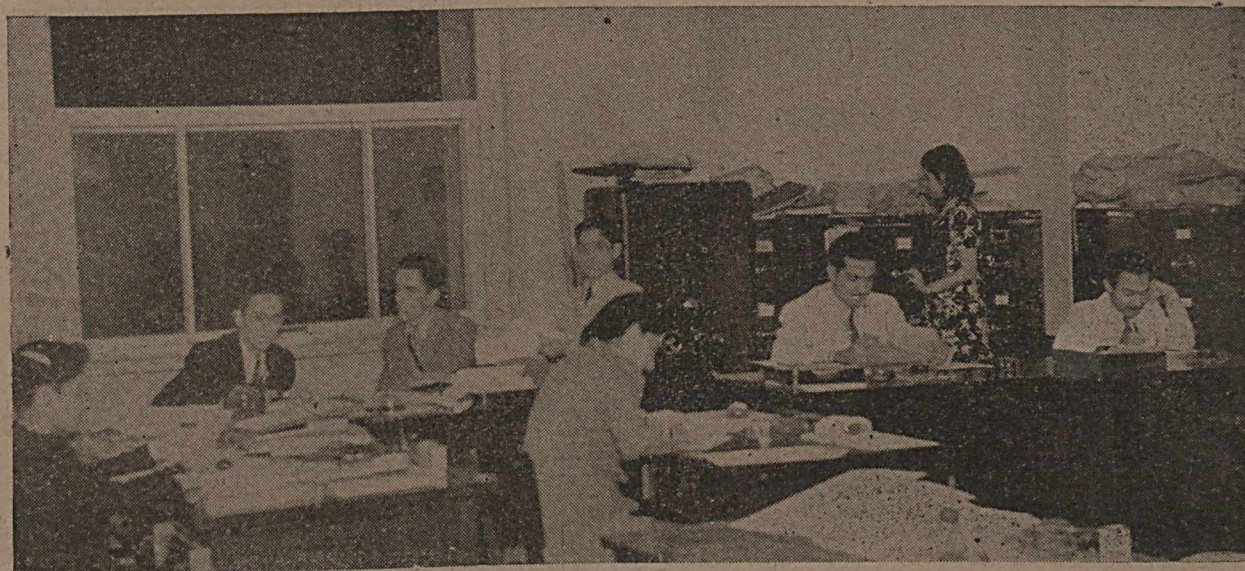
— Temos a impressão, Dr. Teixeira de Freitas, de que isto depende, principalmente, de uma boa rede de agentes coletores das informações, nos municípios. Já teriam os senhores resolvido esse problema?

— Em princípio, sim. A sua observação é, aliás, muito justa. Mais de 50% da matéria prima utilizada em nossos cálculos gerais referem-se às ocorrências verificadas no âmbito municipal. Logo, a exatidão da estatística brasileira depende de coletas municipais feitas em condições satisfatórias. Isto seria impossível conseguir se permanecesse a situação em que estivemos até agora, com Agentes Municipais sem nenhum estímulo e percebendo ordenados que vão, geralmente, de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 200,00. O resultado só poderia ser — ressaltadas poucas e honrosas exceções — um quadro de servidores de generalizada incapacidade intelectual e técnica, sem ânimo nem entusiasmo para prestar à obra do I.B.G.E. a importante colaboração que deles se requer.

O problema foi detidamente examinado pelo Instituto, em colaboração com o Estado Maior do Exército, e dos estudos levados a efeito resultou um plano magnífico, que se veio a consubstanciar nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, celebrados em todo o país num ambiente de admirável compreensão e boa vontade.

Nos termos desses Convênios, que, afastadas as últimas dificuldades, vão ter a sua execução iniciada dentro de breve prazo, a manutenção das Agências passará à responsabilidade direta do Instituto, que organizará, para nelas servir, um quadro nacional de funcionários capazes, escolhidos mediante rigorosas provas de seleção. As Agências, providas de recursos suficientes e superin-





*Aspecto da Secretaria do Conselho Nacional de Geografia*

tendidas por órgãos especializados — as Inspetorias Regionais —, serão instaladas segundo o alto padrão que a sua finalidade exige, aparelhadas convenientemente, servidas por pessoal idôneo, bem pago e fortemente estimulado, constituindo assim verdadeiros núcleos propulsores de progresso e cultura do país.

Nessa nova organização, os chefes dos serviços terão os predicados e as condições necessárias para o verdadeiro apostolado que lhes cumprirá exercer. E a Estatística Brasileira terá dado, assim, o passo decisivo para uma ampla consolidação da obra que vem realizando, no último decênio.

### PALÁCIO DO SILOGEU BRASILEIRO

Concluindo essa exposição, o Dr. Teixeira de Freitas convidou-nos, amavelmente, a visitar a Secretaria Geral do Instituto, instalada à direita de seu escritório. Cortamos, de passagem, a sala de reuniões da Junta Central do Conselho Nacional de Estatística, e da Comissão Censitária Nacional, e o amplo e moderno gabinete do Presidente, Embaixador Macedo Soares.

O salão onde funcionam as diferentes seções dá-nos, logo à entrada, uma confortadora impressão de ordem e disciplina. Em mesas irrepreensivelmente alinhadas, dezenas de funcionários entregam-se ao trabalho, como se os dominasse alguma coisa mais do que a simples noção do dever. Com efeito, anima-os a própria chama do entusiasmo "ibgeano", que já surpreendêramos nas palatras dos outros servidores da mesma causa com quem antes havíamos tido contacto, no Conselho Nacional de Geografia.

Ao entrarmos, chamou-nos a atenção um belo quadro colocado exatamente acima da porta que dá para o gabinete do Presidente. Nêle aparece um magnífico edifício, de linhas arquitetônicas modernas, a traduzir perfeitamente equilíbrio de massa e grande beleza de concepção.

O Dr. Teixeira de Freitas não espera que formulemos a pergunta:

— E' o projeto do Palácio do Silogeu Brasileiro, cuja construção foi concedida ao Instituto pelo Decreto-lei n.º 2.326, de 20 de junho de 1940. Vai ser localizado na avenida Augusto Severo, quase no mesmo local onde hoje se ergue o atual Silogeu. Nêle terão sede todos os serviços centrais do Instituto, importantes departamentos administrativos federais, prestigiosas instituições técnicas e culturais... Abrigará ainda, permanentemente, uma Exposição Brasileira de Educação e Cultura e o Planetário Cruzeiro do Sul, destinado a fins de recreio popular educativo.

— Bela iniciativa! E por que está retardada sua execução?

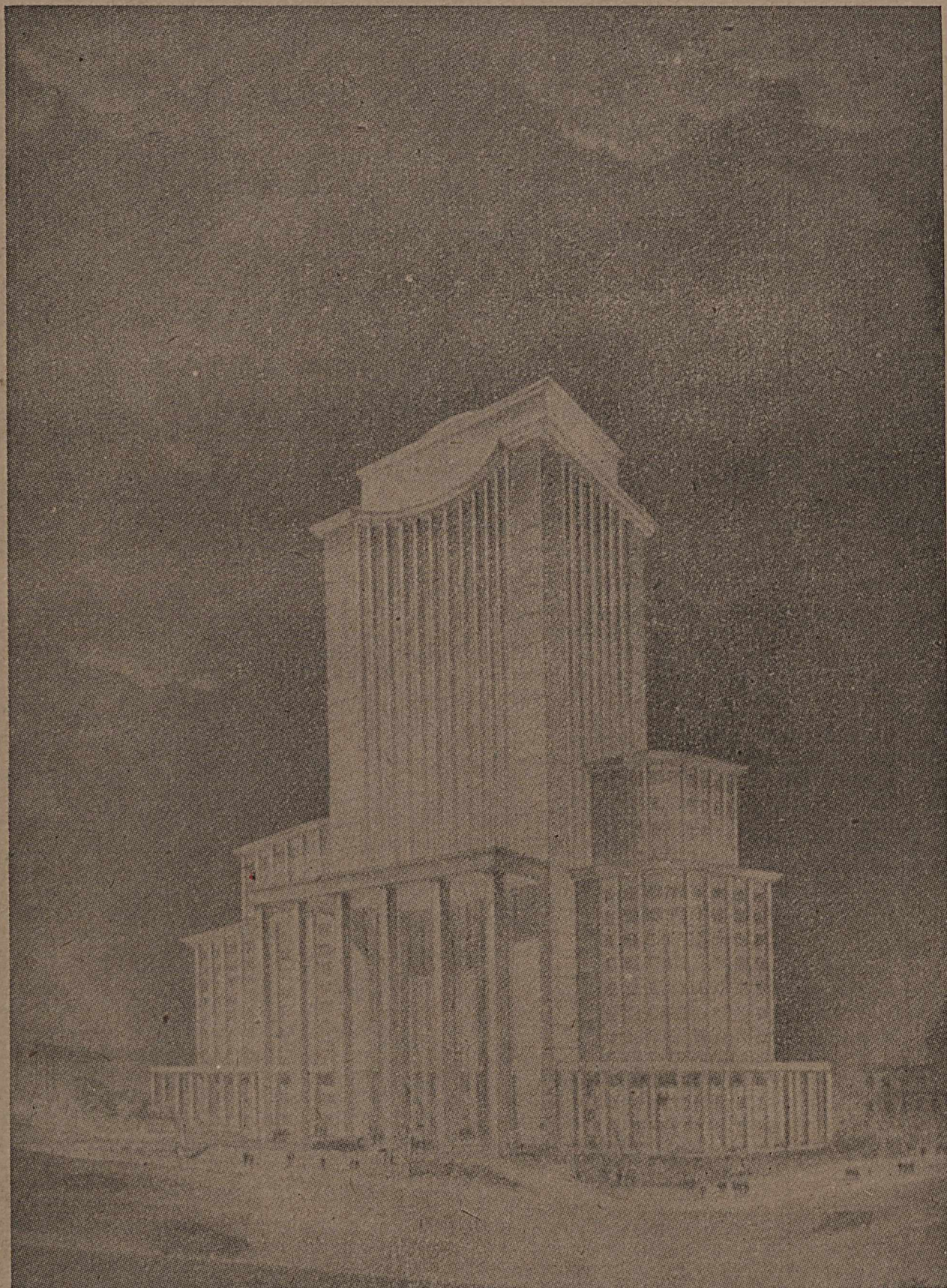
— Em parte, por fôrça das dificuldades criadas pela guerra; em parte, porque estamos na dependência do plano de remodelação da cidade, que a Prefeitura vem executando, uma vez que a isto se liga o desembargo da área cedida ao Instituto para construção de sua nova sede. Vamos ter novos entendimentos a respeito com a Municipalidade e cogitaremos de meter ombros à iniciativa dentro do menor prazo.

### VISITANDO A SECRETARIA

A Secretaria Geral do Instituto funciona sob as vistas imediatas do Diretor, o Dr. Alberto Martins, estatístico do Ministério da Educação e Saúde pôsto à disposição do I.B.G.E. desde 1938. E' um profissional de longo tirocínio, cuja colaboração à estatística brasileira remonta à fase em que teve a seu cargo a Secretaria da Prefeitura de Ponte Nova, em Minas Gerais, a cujos serviços burocráticos deu, aliás, modelar organização.

Além de orientar e coordenar a atuação dos chefes das diferentes seções, o Dr. Alberto Martins superintende os serviços da Secretaria e faz as designações de pessoal, representando ao Secretário Geral sobre as providências que se lhe afigurem convenientes, inclusive de natureza disciplinar. Além de outros encargos de caráter administrativo, tem ainda o de secretário-assis-





*Projeto do Palácio do Siloçu Brasileiro  
(Projeto do arquiteto Sérgio Bernardo, por iniciativa e sob a direção da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia)*



tente da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Nas reuniões da Junta Executiva Central, auxilia o Secretário Geral, providenciando sobre o expediente e o serviço de atas desse órgão deliberativo.

Recebeu-nos com a maior afabilidade, como se fôssemos velhos conhecidos.

— Os trabalhos da Secretaria ampliaram-se consideravelmente nos últimos tempos, — diz-nos ele — e tendem a ampliar-se ainda mais. Estamos lutando, por isso, com um problema sério: o do espaço.

Aqui funcionam três seções: a de Expediente, a de Contabilidade e a de Publicações. Há ainda a de Sistematização, que, compreendendo pessoal numeroso e serviços mecânicos de apuração e tendo relações diretas com o público, ocupa uma loja e várias salas no edifício à Avenida Graça Aranha, 182-B.

A Biblioteca Central, cuja proximidade é tão necessária aos serviços das Seções de Documentação e Publicações, está localizada, em condições muito desvantajosas, aliás, numa das salas do velho edifício do Silogeu Brasileiro.

— E que tal essa Biblioteca?

— E' um precioso patrimônio, superior a quinze mil volumes, em sua maioria de obras especializadas, inclusive numerosas revistas estrangeiras, de natureza técnica. Muito contribuiu para aumentar o seu valor a generosa doação que o Professor Giorgio Mortara fez ao Instituto, logo que chegou ao Brasil, de sua magnífica livreria particular.

A esta altura da palestra, o Dr. Teixeira de Freitas, que nos acompanhava na visita, informou-nos de que, no início da vida do Instituto, a direção da Secretaria esteve a cargo do Dr. Benedicto Silva, que foi, aliás, o organizador de seus diferentes serviços. E teve palavras de grande aprêço, mesmo de entusiasmo, para com esse ilustre colaborador da obra do I.B.G.E.:

— Devemos inestimáveis serviços a Benedicto Silva. Com a sua extraordinária capacidade de trabalho, aguda inteligência e sólida cultura, prestou-nos ele um concurso valiosíssimo, na fase mais difícil da existência do Instituto, ou seja quando estabelecíamos os marcos iniciais de sua atuação. Depois disso, ainda coube a Benedicto Silva dirigir a publicidade do Recenseamento Geral de 1940, missão essa de que ele se desincumbiu com o brilho, a capacidade e o devotamento que seriam de esperar do seu grande espírito público. Ainda hoje, é ele um dos mais destacados colaboradores da Estatística Brasileira, inclusive como Secretário Geral da Sociedade Brasileira de Estatística, funções essas que exerce, com a maior eficiência, desde a reorganização dessa entidade técnico-profissional.

#### SECÇÃO DE EXPEDIENTE

A Seção de Expediente está sob a chefia do escritor Valdemar Cavalcanti, que é também jornalista e crítico literário.

Acham-se a seu cargo os serviços de correspondência, arquivo, protocolo e pessoal. Não só a correspondência, como trabalhos outros, são datilografados por uma equipe especializada e obedecem a uma rigorosa padronização.

Em 1943 foram expedidos 4.351 ofícios, 1.914 telegramas, 438 cartas, 305 "bilhetes-verbais", 199 cartões, 96 ofícios-circulares e 23 circulares-telegráficas, num total de 7.326 peças.

Todo órgão de serviço público possui hoje um *daspinho*. O Instituto, embora só ultimamente tenha sido obrigado a adotar, na organização de seus quadros de pessoal e na respectiva remuneração, o sistema vigente no serviço civil da União, já espontaneamente adotava normas e regras da legislação de pessoal da União.

A S.E. é o "*daspinho*" da Secretaria Geral do I.B.G.E. Além de caber-lhe preparar os atos de ordem administrativa, bem como o expediente que dêles decorre, é de sua atribuição organizar os prontuários do pessoal do Instituto, os quais deverão conter todos os elementos que constituam o *curriculum vitae* de cada servidor; manter em ordem o registro individual dos servidores, atendendo às exigências da legislação vigente; preparar os atos referentes a pessoal e o expediente que a respeito se faz necessário; estudar os processos relativos a pessoal e preparar as competentes informações; organizar o resumo do registro de ponto do pessoal e fazer as comunicações de frequência; efetuar o necessário registro da escala de férias do pessoal; fazer as comunicações e anotações necessárias quanto às faltas dos servidores; trazer atualizado o registro de endereços de todos os servidores em exercício na sede da Repartição; tomar as providências adequadas quanto aos funcionários requisitados.

Estava sendo mimeografada, por ocasião da visita, a última e importante resolução da Junta Executiva Central sobre o funcionalismo do Instituto: a que institui o boletim de merecimento para promoções no quadro permanente da Secretaria.

O serviço de arquivo geral atende convenientemente às peculiaridades da repartição, tendo sob sua guarda não só a correspondência da Secretaria Geral, como também os processos e documentos relativos a prestações de contas dos auxílios ou subvenções concedidas aos órgãos do Instituto, as peças da legislação dos Colégios deliberativos, e, ainda, os recortes de jornais referentes às atividades estatístico-geográfico-censitárias no país. Em 1943, foram arquivados: 8.594 ofícios, 3.946 telegramas, 1.148 cartas, 699 cartões, 80 requerimentos, 103 comunicações internas, 177 ofícios-circulares, 222 memoranda, 427 bilhetes-verbais, 147 relatórios, afora larga cópia de documentação de vária natureza.

Como numa boa repartição de estatística, tudo é contado e medido. A produção das datilógrafas, por exemplo, é rigorosamente controlada.

#### NA SEÇÃO DE CONTABILIDADE

— O regime financeiro do I.B.G.E. obedece a características especiais. O orçamento da União consigna a verba destinada à entidade, a título de auxílio, sem outra discriminação além das três parcelas correspondentes às atuais alas do sistema: estatística, geográfica e censitária. Aos órgãos deliberativos desses três ramos é dada por lei a competência para fixar as despesas que serão atendidas com a respectiva verba.

Quem nos está dando essas informações é o Sr. Virgílio Costa, chefe da Seção de Contabilidade.



— A escrituração de todo êsse considerável movimento financeiro incumbe a esta Secção, cabendo assinalar que uma parte da verba destinada ao Conselho Nacional de Estatística é empregada em auxílios aos cinco serviços estatísticos federais e aos vinte e dois órgãos regionais.

Aqui, pois, é a tesouraria do Instituto — onde se escreitura o movimento financeiro e econômico da entidade, são preparados os elementos necessários à elaboração da proposta de orçamento da repartição, examinadas



*Edifício Hollerith, onde se acha instalada a Seção de Sistematização do I.B.G.E., na loja, sobreloja e sexto andar. Vê-se na calçada a "bicha" de entregadores de guias de exportação e do formulário de declaração de estoques*

as prestações de contas, indicadas as medidas previstas na legislação quanto ao emprêgo das verbas, registrada a vida financeira do pessoal da Instituição nas relações daquele com esta, e examinadas as condições legais das contas e fôlhas de pagamento.

À S. C. incumbe ainda, quanto ao patrimônio da entidade, arrolar os bens patrimoniais do Instituto, quer

se encontrem na repartição, quer estejam nos demais órgãos do sistema; zelar pela conservação e segurança dos bens patrimoniais; resguardar todos os valores pertencentes ao Instituto e sob o direto contrôlo da Secretaria Geral; e examinar as propostas de fornecimento de material, quer sejam de concorrência pública, quer de concorrência administrativa, sôbre elas dando parecer.

— Encargos de grande responsabilidade, logo se vê.

— Nem tenha dúvida. E não deve ser esquecido que entre os setores do Instituto que concorrem para o volume e complexidade de trabalho da S.C. está o Serviço Gráfico, grande estabelecimento que funciona sob regime industrial, executando encomendas de repartições públicas e entidades privadas. Além disso, fazem parte, ainda, da S.C. o almoxarifado e a portaria.

#### NA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Os Drs. Teixeira de Freitas e Alberto Martins conduzem-nos agora à Seção de Documentação. É uma espécie de laboratório estatístico. Reúne documentação numérica, procede a estudos e pesquisas, presta informações.

Para desempenho dos seus encargos, mantém atualizada uma coleção de publicações estatísticas nacionais e estrangeiras, oficiais e privadas, necessárias a confrontos internacionais; coleciona em arquivo especial, de forma a serem facilmente consultados, artigos de jornais e revistas que apresentem interesse estatístico; mantém um arquivo geral de documentação estatística, segundo os assuntos, no qual é obedecida a discriminação prevista no esquema fundamental do Instituto. Esse material é utilizado em trabalhos expositivos ou analíticos, em contribuições destinadas aos apêndices do "Anuário Estatístico do Brasil", em atendimento de pedidos de dados e informes das demais seções, da direção do Instituto e de quaisquer órgãos filiados ao Sistema Estatístico Brasileiro e no fornecimento de informações de caráter estatístico solicitadas ao Instituto por serviços públicos e, quando conveniente, por entidades privadas.

Chefia a S.D. um técnico de grande capacidade e experiência, o Dr. João Jochman, antigo servidor da estatística paranaense, que nos fala com muito entusiasmo dos trabalhos a seu cargo.

— Conforme a natureza, — diz-nos êle — os documentos são guardados tais como entram na Seção ou se utiliza o material nêles contido para o fim de registro em fichas. Destas, existem duas coleções, segundo a periodicidade anual ou mensal com que os respectivos elementos são apurados. Constitui tarefa incessante trazer as séries cada vez mais ampliadas e convenientemente atualizadas. A S.D. mantém ainda outro fichário, de caráter remissivo, para estudos relacionados com os assuntos que a estatística investiga.

Informou-nos ainda o Dr. Jochmann que, desde o ano passado, a Seção começou a dar cumprimento à sua atribuição de lançar, trimestralmente, o "Boletim Estatístico", ao qual já se encontra mais larga referência noutro ponto desta reportagem.

#### NA SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Aqui o repórter se sente "em casa". É o setor de caráter jornalístico na colmeia de técnicos. Não que se



encarregue apenas de fazer a "Revista Brasileira de Estatística" e promover a divulgação dos objetivos e realizações do Instituto. Bem ao contrário, cabem à S.P. várias outras atribuições de ordem burocrática, preparo de atas e de atos dos órgãos dirigentes da entidade, exposições de motivos, correspondência atinente às suas atividades específicas, recebimento e articulação das contribuições destinadas ao relatório anual da presidência, etc. Mas, seja porque os maiores encargos da S.P. correspondam ao movimento de publicidade, pesquisas e intercâmbio, seja porque os principais funcionários são antes de tudo homens de imprensa, o fato é que neste ângulo da Secretaria Geral predomina o espírito jornalístico e as tarefas são arejadas pelo interesse de que se revestem seus resultados.

Naturalmente a lista de atribuições da Seção é bem maior do que a de suas realizações práticas, em virtude de não dispor do pessoal necessário. Com sacrifício, porém, de apenas certos trabalhos de propaganda e de um serviço regular de comunicados de natureza doutrinária e técnica, ou outra forma de divulgação para entrega antecipada, ao público, de informes e conclusões que devam figurar nas publicações próprias, vem a S.P. realizando satisfatoriamente seus encargos principais.

Tôdas as seções redacionais da "Revista Brasileira de Estatística" são escritas aqui: Vultos da Estatística Brasileira, A Estatística na América, Informações Gerais, Bibliografia, Resenha. Cada uma dessas seções importa em pesquisas, busca de informações, reflexão, leitura, senso crítico.

Na primeira delas, divulgam-se traços biográficos de grandes figuras do passado da estatística, resultado de pesquisas empreendidas com o amplo objetivo de recolher o material histórico necessário ao estudo sistemá-

tico e, quanto possível, à divulgação, em monografias, de tôdas as realizações parciais no campo da estatística brasileira, nas fases anteriores à de sua atual organização.

Achados valiosos e sugestivos conferem o maior interesse a essas pesquisas. O fato de ter sido um daqueles "Vultos" — o Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva — quem promoveu a primeira admissão de mulheres no serviço público, organizando um quadro de dez datilógrafas, em 1910, na então Diretoria Geral de Estatística, é um desses achados.

Deparamo-nos com admiráveis padrões de dedicação ao serviço público, no passado da estatística brasileira, como é o caso, por exemplo, de Luiz Maria da Silva Pinto, que fazia estatísticas ainda aos 94 anos, do conselheiro Antônio Manuel Correia da Câmara, que morreu em sua mesa de trabalho, e dessa figura verdadeiramente apostolar, que foi Oziel Bordeaux Rego.

Conhecemos melhor certos aspectos mal revelados na biografia de grandes homens que também foram estatísticos, como aconteceu com Raul Pompeia, um dos nossos maiores romancistas e cuja passagem pela Diretoria Geral de Estatística não mereceu de seus biógrafos mais do que uma rápida indicação.

À S.P. cabe também elaborar as publicações do Instituto que, por sua natureza, deixem de constituir atribuição privativa de outras Seções.

A difusão das publicações do I.B.G.E. é outro encargo da S.P. O movimento de remessas é dirigido para todos os municípios brasileiros — pois cada Agente Municipal de Estatística recebe a Revista e publicações técnicas — e para grande número de países estrangeiros, em intenso intercâmbio. Para isso, a Seção mantém dois fichários, um para escrituração das tiragens e da saída, e outro em que são registrados o nome e endereço de



Seção de Sistematização — Flagrante da entrega de formulários nos guichês dessa seção, no Edifício Hollerith





*Seção de Sistematização — Funcionários examinando os formulários entregues nos guichês.*

cada destinatário, indicação da publicação remetida, número do registro postal e referência à correspondência em que seja acusado o recebimento.

1943 não foi ano de grande movimento, pois foram poucas, relativamente, as publicações durante êle editadas pelo I.B.G.E. Todavia, a Seção deu saída a 39.529 volumes, dos quais 743 adquiridos por interessados. Destinaram-se êsses volumes ao Distrito Federal, 14.557; às outras Unidades Federadas, 24.250; ao Exterior, 722.

Em nossa visita à Seção de Publicações, fomos apresentados a um outro confrade de imprensa, o Dr. Raul Lima, que, além de redator da "Revista Brasileira de Estatística", tem a seu cargo os trabalhos de secretaria da Sociedade Brasileira de Estatística.

Redigia êle, no momento, para o próximo número da Revista, um amplo noticiário sobre as comemorações do "Dia do Estatístico", a que nos referimos no início desta reportagem. Com a intimidação que logo se estabelece entre oficiais do mesmo ofício, corremos os olhos sobre as tiras de papel que se iam acumulando a seu lado, à proporção que a "Remington" era dedicada num ritmo de sessenta palavras por minuto.

Dentre êsse material, chamou-nos a atenção, particularmente, a reconstituição, baseada em notas taquigráficas, do expressivo improviso com que o Presidente Vargas respondeu, no dia 29 de maio, à saudação que

lhe fizeram os "ibgeanos", pela palavra de seu ilustre presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

— Já foi divulgado êsse discurso? — indagamos.

— Não. Vai ser publicado em primeira mão pela nossa revista.

Arriscamos uma perguntazinha impertinente, sem muita esperança de êxito:

— E se nos fôsse dada uma cópia?

— Mas, com o maior prazer. Aqui está.

Graças a essa gentileza dos confrades da Seção de Publicações da Secretaria Geral do I.B.G.E., podemos dar o "furo" em sua própria revista, valorizando esta reportagem com

#### A PALAVRA DO CHEFE DO GOVÊRNO

"Iniciando o seu breve improviso, acentuou o Presidente Getúlio Vargas a satisfação com que recebia a visita dos colégios dirigentes do Instituto. Ressaltou o acêrto da solução brasileira, conjugando os serviços de geografia e estatística, dados os seus objetivos reciprocamente complementares. Aludindo à situação de desconhecimento em que vivemos, durante longos anos, em relação ao território nacional, pôs em relêvo o papêl histórico dos bandeirantes e destacou, em referência à fase contemporânea, a atuação desenvolvida pelos generais Couto de Magalhães e Cândido Rondon. Quanto aos



serviços estatísticos, lembrou que eles se dispersavam, antes da criação do Instituto, pelos diferentes Ministérios, realizando um trabalho falho e fragmentário, por lhes faltar a necessária coordenação.

— Nas obras de maior significação — prosseguiu o Sr. Getúlio Vargas, — à medida que se distancia o impulso inicial, dilui-se no tempo a noção das dificuldades vencidas, a exemplo do que acontece com os desbravadores das florestas, ao destruir, em seu avanço, os pontos de referência que as próprias árvores oferecem. Oportunidades como esta permitem que se faça o balanço das realizações conseguidas e dos objetivos a alcançar.

O governo está satisfeito com a atuação do Instituto, em boa hora entregue ao ânimo construtivo, à capacidade de trabalho e ao espírito conciliador do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, auxiliado por uma equipe de funcionários de alta competência, merecedores de elogios sem limites. E' natural, porém, que numa obra de tal amplitude haja lacunas a preencher, problemas a solucionar. Tudo quanto o Governo deseja é justamente que sejam trazidas ao seu conhecimento as dificuldades que se ofereçam, para que lhes dê pronta solução, pois não há obstáculos que não devam ser removidos, quando está em jogo uma obra como a do Instituto, votada, patrioticamente, ao progresso material e moral do Brasil".

#### NO SECTOR DE ESTATÍSTICA MILITAR

Passamos agora ao embrião da que será uma das mais importantes Seções da Secretaria Geral do Instituto: o sector que se transformará na Seção de Estatística Militar.

— Este Sector foi criado, em caráter provisório, com a finalidade de estudar e promover iniciativas concernentes à coordenação das atividades das Seções de Estatística Militar regionais e à centralização dos respectivos trabalhos, bem como de planejar a organização ou reorganização dos serviços de estatística das municipalidades e de outros serviços, na Secretaria Geral, que terão a incumbência da execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

Feita com essas palavras, pelo Dr. Alberto Martins, a apresentação do Sector de Estatística Militar, seguiu-se a apresentação do funcionário que o chefia, Dr. Marcelo Aroucha, antigo funcionário da estatística pernambucana, cujas qualidades de organizador foram apuradas na assistência técnica dispensada a várias repartições de estatística dos Estados.

E já agora é o Dr. Marcelo quem fala:

— Nosso primeiro trabalho foi promover a coleta dos elementos levantados ou elaborados pelas Seções de Estatística Militar regionais como resultado da execução



Seção de Sistematização — Funcionária trabalhando no arquivo de documentação municipal





*Seção de Sistematização — Trabalho de crítica e codificação das guias de exportação do Distrito Federal*

dos respectivos regulamentos. Tendo em vista a experiência da execução do programa de trabalho dessas Seções, elaboramos um ante-projeto de regimento da Seção Central de Estatística Militar, a ser organizada de acôrdo com o decreto-lei que ratificou os Convênios, certamente já do senhor bem conhecidos.

— Como não? Se êles são o assunto mais importante do Instituto, no momento!

— Para a organização do cadastro geral, sistemático, da S.C.E.M., consoante o ante-projeto a que me referi, elaboramos 92 fichas, que serão preenchidas, conservadas e atualizadas, sucessivamente, pelas Agências Municipais de Estatística, Seções de Estatística Militar regionais e a Seção Central, em regime de harmoniosa cooperação. Aqui estão elas. Umas para elementos de compreensão municipal, outras de compreensão regional e outras, por fim, de compreensão nacional, destinando-se ao registro dos característicos principais dos elementos de natureza econômica, social e cultural que interessam à segurança nacional e à mobilização, total ou parcial, das forças vivas do país.

— Coube-nos ainda — prossegue o Dr. Aroucha — elaborar o ante-projeto de regulamento para a execução dos Convênios e proceder ao levantamento dos dados referentes às condições locais e à instalação, equipamento e pessoal das Agências a serem organizadas ou reorganizadas quando os acordos entrarem em sua fase prática. Segundo os elementos coligidos, ordenados e analisados, serão oportunamente assentadas as bases de organização racional dos serviços estatísticos municipais.

— Mas, essa organização é absolutamente uniforme?

— Não. As Agências serão classificadas e a remuneração do pessoal do “quadro nacional” fixada de acôrdo com o levantamento, que fizemos, dos informes relativos à área, população absoluta, receita orçada, divisão administrativa, vencimentos de funcionários, etc., dos Municípios.

— As relações das Agências com a Secretaria Geral serão tôdas estabelecidas diretamente?

— Certamente não. Está prevista a criação de 26 Inspetorias, cujo regimento também nos coube projetar, depois de reunidos os elementos informativos necessários à respectiva classificação.

Também coligimos e analisamos alguns dados úteis à primeira emissão do “sêlo de estatística” e encaminhamos as providências para sua oportuna edição pela Casa da Moeda.

O funcionamento, sob a responsabilidade técnica e administrativa do Instituto, de cerca de 1.800 Agências, exige uma série de estudos e providências. Até os padrões de boletins, fichas e fórmulas a serem adotadas nas Agências e Inspetorias já foram em grande parte elaborados.

Deixamos o Sector de Estatística Militar com a impressão de que ali se prepara algo de muito sério e importante para a vida do Instituto.

#### NA SEÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

A Seção de Sistematização, subordinada à Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística, é chefiada pelo Sr. Antonio Paulino Limpo Teixeira de Freitas, antigo técnico dos Serviços Hollerith, cuja direção o





Seção de Sistematização — Aspecto dos trabalhos mecânicos Hollerith, na loja, de apuração do material coletado pela Seção em diversas fontes

indicou ao Instituto. Conforme nos informara o Dr. Alberto Martins, funciona no 6.º andar do Edifício Hollerith, à Avenida Graça Aranha. Também lá estivemos para colher material para esta reportagem. Como não lhe conhecíamos absolutamente as atividades, quase concluíamos pela publicação apenas das gravuras conseguidas por meio de fotografias, que na véspera de nossa visita mandáramos tirar pelo nosso fotógrafo. No dia seguinte, porém, comparecemos ali e, apenas trocamos algumas palavras com o chefe da Seção, verificamos logo como estávamos mal inspirados.

E os leitores da *Revista do Serviço Público* vão ver como realmente são interessantes as atividades da Seção de Sistematização.

Com uns tracinhos ao lado, registremos a conversa do Sr. Antonio T. de Freitas:

— Esta seção prepara o *Anuário Estatístico do Brasil* e as respectivas separatas, referentes às diversas Unidades da Federação. O material estatístico é recebido de todas as repartições filiadas ao Instituto Brasileiro de Estatística e também de outros setores cujas atividades possam interessar à Seção. Já saíram quatro números do *Anuário*, estando presentemente a série interrompida por causa da guerra e da proibição da divulgação, no momento, de dados estatísticos. Logo, porém, que seja permitida novamente a divulgação, o nosso *Anuário* será dado à publicidade, com a matéria em dia e sem solução de continuidade em relação ao último número, que saiu em 1940.

A Seção de Sistematização procede ainda à apuração dos inquéritos cuja execução não esteja atribuída a qualquer das repartições centrais federais. Os dados são coletados anualmente nos municípios, através das "Campanhas Estatísticas".

Procuramos saber melhor no que consistem essas campanhas estatísticas, a respeito das quais já nos havia falado o Secretário Geral do Instituto.

— Consistem no preenchimento, por parte dos Agentes Municipais de Estatística, de três cadernos de informações, um dos quais destinado à atualização dos cadastros (relação de ocorrências no município, com o registro de suas casas comerciais, propriedades agrícolas, estabelecimentos industriais, escolas, etc.). O outro caderno constitui uma coletânea de formulários estatísticos concernentes às empresas, instituições e fatos cadastrados. O último refere-se a determinados aspectos e fenômenos de ordem mais geral ou apenas inquiridos quanto aos municípios das Capitais, via de regra na conformidade de registros oficiais. O primeiro caderno relaciona apenas o que existe em cada município; o segundo vai mais longe, pois consigna a vida de cada entidade cadastrada durante o exercício. O terceiro é alusivo só aos centros metropolitanos e a assuntos que devem ser computados em globo para cada Unidade da Federação.

As Campanhas Estatísticas foram ampliadas, no ano passado, com um novo Caderno, destinado à coleta trimestral de dados que permitam acompanhar o estado das culturas nos municípios e organizar a estatística da produção agrícola e previsão de safras. Mas, o controle e apuração dos resultados desse levantamento estão a cargo do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

— E' o trabalho de previsão trimestral das safras?

— Exatamente. A Seção de Sistematização tem ainda a seu cargo a realização direta de alguns inquéritos, no Distrito Federal. São os "inquéritos econômicos para a defesa nacional", mandados executar pelo Decre-



to-lei n.º 4.736, de 23 de outubro de 1942. Além de outras informações, apuramos mensalmente o movimento de estoques dos principais gêneros alimentícios, matérias primas, etc., em tôdas as capitais e nas principais cidades do país. Cada atacadista ou industrial é obrigado a nos trazer aqui essas informações, como os dos outros centros levam às repartições locais competentes.

— Ah! então essa “bicha” que vimos diante dos “guichets” do Edifício Hollerith é de portadores dessas informações?

— Sim. Fazem êles entrega dêsses questionários e das guias de exportação também.

— Guias de exportação?

— Sim. Embora o Ministério da Fazenda viesse de longa data apurando o nosso comércio interestadual de cabotagem, eram inteiramente desconhecidas as correntes de exportação interestadual por vias terrestres. Só há pouco o Instituto conseguiu normalizar êsse importante levantamento, mediante a adoção dessas guias, exigidas dos exportadores.

— Mas não escapa nada nessa entrega?

— Se escapar, será muito pouco, porquanto nenhuma empresa de transporte pode fazer despacho de mercadorias que não venham acompanhadas das respectivas guias, das quais a segunda via deverá ser recolhida e remetida ao I.B.G.E. Além da apuração geral, a que se procede mensalmente, estamos fazendo, no momento, colaborando com a Coordenação da Mobilização Econômica, o controle diário da saída de alguns gêneros alimentícios.

— Aliás, já o Secretário Geral do Instituto nos informou que está perfeitamente normalizado êsse serviço.

— E' verdade. Aqui lhe posso mostrar o que saiu ontem do Rio de Janeiro por tôdas as vias de transporte.

— Mas, há ainda outros trabalhos que sejam feitos para a Coordenação da Mobilização Econômica?

— Há. O controle do movimento e estoque dêsses mesmos gêneros no Distrito Federal, realizado de dez em dez dias.

— Só se destinam à Coordenação os resultados dos inquéritos econômicos para a defesa nacional?

— Não. A distribuição dêsses resultados vem sendo feita sob duas modalidades: quadros de apuração, remetidos a algumas dezenas de autoridades interessadas no conhecimento imediato dos dados apurados mensalmente, e “comunicados” mimeografados, remetidos a maior número de autoridades e responsáveis pelos setores da administração a cujos encargos podem ser úteis êsses elementos.

#### DOCUMENTAÇÃO MUNICIPAL

Funciona também no andar ocupado pela Seção de Sistematização um sector da Seção de Documentação, chefiado pelo Sr. Emil Roure Silva, antigo e esforçado delegado seccional do Recenseamento no Estado do Rio.

Está a seu cargo a organização de arquivos de documentação municipal, os quais conterão, dentro em breve, o maior repositório de informações e a mais completa indicação bibliográfica sobre cada município brasileiro, compreendendo desde o histórico da respectiva fundação até as estatísticas mais recentes.

O encarregado do Sector de Documentação Municipal fala-nos sobre o vulto da tarefa e o que já se conseguiu realizar:

— Utilizando as fontes disponíveis, em número superior a cem, elaboramos um índice toponímico da legislação sobre a divisão territorial do país, ascendendo a cerca de 13.000 o número de verbetes registrados nas fichas que o senhor aqui vê, dispostas em ordem alfabética e segundo as Unidades da Federação. Organizamos também os formulários destinados à elaboração das sinopses histórico-corográfico-estatísticas municipais. Para ilustrar essas publicações, lançamos a campanha dos cartogramas municipais dos meios de transporte e vias de comunicação. Começamos a preparar os resumos históricos e a descrição dos territórios e começamos a cuidar da parte estatística, disposta em quadros quinquenais.

— E este outro fichário?

— E' da catalogação bibliográfica e de referência, esta última abrangendo também publicações periódicas, sobre assuntos municipais em geral.

Já nos dispúnhamos a deixar a Seção de Sistematização quando o Sr. Antônio T. de Freitas nos chamou a atenção para os trabalhos, que ali se estão realizando, de preparo da contribuição da Secretaria Geral à próxima Conferência Interamericana de Consulta sobre Geografia e Cartografia. E' uma coleção de gráficos, sob o título “O Brasil em síntese cartográfica”, reveladora de todos os aspectos da vida nacional: situação física, demográfica, econômica, social, cultural, administrativa e política.

Na loja e na sobreloja, o equipamento mecânico da Seção de Sistematização, ao deixarmos o edifício, produzia a sua sinfonia característica, fazendo contas e mais contas, como verdadeiros cérebros de aço.

#### O RECENSEAMENTO GERAL

Desde o nosso primeiro contacto pessoal, convidaramos o Dr. Teixeira de Freitas a visitar o Serviço Nacional de Recenseamento, instalado na Praia Vermelha. Explícamos-lhe os motivos por que essa visita não fazia parte do plano de nossa reportagem e prometemos-lhe que, oportunamente, cogitaríamos de um trabalho especial, dedicado inteiramente à operação censitária de 1940.

Quando estivemos pela segunda vez com o Secretário Geral do Instituto, êle nos chamou a atenção para um comunicado de imprensa, em que são referidos, minuciosamente, o plano do Recenseamento e a marcha dos respectivos trabalhos.

Encaixamos essas notas na presente reportagem, evitando assim que a ausência de informações sobre o setor censitário, prejudique a visão de conjunto da obra do Instituto, em suas três alas.

“O Recenseamento Geral de 1940 é o quinto da série dos censos nacionais realizados no Brasil. O primeiro foi efetuado em 1872, no período imperial, e só se referiu à população. O segundo teve lugar em 1890, nos começos da era republicana, e o terceiro em 1900, continuando em ambos muito limitadas as novas investigações, que se restringiram ao campo demográfico. No de 1920, entretanto, demos dois passos à frente, pesquisando também atividades agrícolas e industriais.



Em 1940 todos os brasileiros, mesmo os que residiam nos mais afastados lugares do interior, ficaram cientes de que a data de 1.º de setembro marcaria o início do novo recenseamento geral da República, e isso porque a campanha de preparação do povo, para essa grande operação, havia sido das mais persistentes, extensas e profundas, e, daí, sua eficiência.

Basta dizer-se que até 31 de agosto, véspera do dia do Recenseamento, o número de publicações feitas pelos jornais de todo o Brasil e que focalizaram os diversos aspectos da operação censitária elevou-se a 34.254, tendo ainda sido afixados, nos pontos mais freqüentados do Distrito Federal e dos Estados, 220.700 cartazes de 14 tipos e tamanhos, diferentes, 195.600 letreiros e 2.440 exemplares do esquema geral do empreendimento. Além da palavra escrita, um sem número de irradiações foram realizadas pelas 75 estações rádio-difusoras do país, em 1940, sendo de acentuar-se o concurso do Departamento de Imprensa e Propaganda, quer distribuindo diariamente o boletim censitário aos órgãos de divulgação, quer incluindo na Hora do Brasil numerosos comunicados sobre o assunto. A cinematografia, por sua vez, não ficou esquecida, e as telas dos cinemas brasileiros, por meio de legendas e "shorts", também intervieram na fase preparatória da operação. A popularidade que o Recenseamento alcançou, mercê dessa intensa e bem orientada propaganda, convence-nos de que estão lançadas, entre nós, as bases de uma tradição censitária indispensável ao sucesso das futuras realizações da espécie.

Essas informações e as outras que se seguem nos foram prestadas pelo Professor J. Carneiro Felipe, que, com grande descortino e raro devotamento, dirige o Serviço Nacional de Recenseamento, na qualidade de presidente da Comissão Censitária Nacional".

#### O MAIS COMPLETO ATÉ AGORA REALIZADO

"O recenseamento geral de 1940 foi o mais completo e o mais complexo de quantos se realizaram no Brasil, pois abrangeu, além de inquéritos complementares, três grandes Censos, como sejam o Censo Demográfico, o Censo Econômico e o Censo Social.

O segundo, pelas diferentes características das unidades nele compreendidas, se desdobrou em cinco outros, e que são o Censo Agrícola, o Censo Industrial, o Censo Comercial, o Censo dos Transportes e Comunicações e o Censo de Serviços. Foram ao todo sete Censos distintos e simultâneos a perquirirem o potencial humano e econômico do país, sobre os seus mais variados aspectos e modalidades.

O Censo Demográfico assegurou o conhecimento quantitativo e qualificativo da nossa população, e foi orientado de maneira a permitir, também, a apuração de inúmeros aspectos sociais e econômicos do Brasil.

No setor puramente demográfico, além das indagações comuns, outras, pelo seu ineditismo entre nós e de profundidade raras vezes atingida no exterior, como as investigações sobre a fecundidade, têm um sentido de grande relêvo. Os dados colhidos sobre os filhos são os mais completos: quantos os nascidos vivos, quantos os nascidos mortos, quantos os sobreviventes, na data do censo, e qual a idade do informante ao nascer-lhe o primeiro filho. À vista da displicência com que as ca-

madas populares ainda tratam da questão de registro civil, só meios indiretos, como os dêsse inquérito, poderiam determinar as taxas de natalidade e de fecundidade da população brasileira.

No campo social, o censo demográfico fez pesquisas sobre a cor dos indivíduos para a apuração dos grupos étnicos: investigou minuciosamente o grau e a espécie da instrução recebida pelos recém-nascidos; estudou a composição da família; procurou saber a origem da população; e, em referência aos estrangeiros, registrou a data de sua chegada ao Brasil, seu conhecimento ou não do idioma nacional e a língua por eles habitualmente falada no lar.

Pelas indagações de caráter econômico, a operação demográfica discriminou os habitantes segundo os ramos e classes de atividades e, em cada classe, segundo a profissão, descendo a minúcias como as que dizem respeito à remuneração direta ou indireta na ocupação principal ou suplementar; à posição do indivíduo na ocupação, isto é, se empregador, se empregado ou se trabalha por conta própria; aos seguros sociais e respectivos benefícios, bem como aos seguros particulares; e às posses, ou não, de propriedade imobiliária, urbana ou rural.

O Censo Demográfico, enfim, tornou-se uma robusta fonte de dados sobre as características e as condições de vida de nossa população de fato e de direito, nesta compreensão dos brasileiros no exterior.

O Censo Econômico realizou pesquisas muito particularizadas sobre o aspecto estático e o dinâmico das diversas unidades compreendidas nos cinco ramos que o constituem, tendo cada um deles, pela sua complexidade, assumido o caráter de um censo autônomo.

Enquanto que a simples denominação dos censos que correspondem aos quatro primeiros ramos mencionados define as próprias finalidades, convém esclarecer que o Censo dos Serviços pode ser considerado como suplemento do Industrial e do Comercial, porque, conquanto as respectivas unidades apresentem semelhança com as dos últimos, diferem destas quanto ao seu objetivo principal, que não consiste propriamente na produção ou troca de utilidades, mas na prestação de um serviço, seja material, como o alojamento, a refeição, a confecção de uma roupa, o conserto de um objeto, o corte de cabelo, seja intelectual, como a representação de um drama, a exibição de um filme, etc.

Os elementos coletados pelas cinco subdivisões do Censo Econômico correspondem à melhor e mais preciosa documentação jamais obtida sobre a economia brasileira.

O Censo Social, de seu lado, atingiu todas as instituições cujas finalidades econômicas cedem lugar às de ordem moral, civil, sanitária e social; como as religiões, culturais, técnico-científicas, desportivas, de fins administrativos para o bem estar coletivo, de assistência e beneficência, de previdência social, de segurança pública.

Os três grandes censos, que entram na estrutura do Recenseamento Geral de 1940, entrosam-se e completam-se reciprocamente. O Demográfico indica muitos fatores de natureza econômica e social; o Econômico revela alguns fenômenos demográficos e sociais; o Social, finalmente, esclarece certos aspectos de interesse demográfico e econômico".



## OS RESULTADOS INSPIRAM DÔDA CONFIANÇA

"A medida que se sucedem as diversas fases do serviço, informou-nos o Presidente da Comissão Censitária, mais se vai arraigando a convicção de que os quantitativos finais serão de molde a inspirar tôda a confiança, mercê não só dos cuidados postos nos trabalhos de apuração, como também do escrúpulo com que, de modo geral, foi executada a coleta, a que a população nobremente soube corresponder.

A uma outra pergunta, respondeu S.S. que uma das maiores preocupações dos órgãos superiores do Recenseamento tem consistido na adoção de todos os meios, diretos ou indiretos, capazes de incrementar, cada vez mais, o rendimento dos trabalhos, e com isso, abreviar-lhe o término. A operação, já pela sua natureza, já pela sua extensão e profundidade, exige para ser concluída um prazo que aos leigos poderá parecer demasiado longo. Cumpre esclarecer, todavia, que o momento internacional afetou o ritmo da produção, principalmente pela circunstância de ter a crise dos transportes dificultado o fornecimento complementar das máquinas de apuração, encomendadas aos Estados Unidos, desde 1941, e que ampliariam e completariam o equipamento de acordo com a progressão dos serviços em geral.

Para contornar tal deficiência, foram postos em prática recursos técnicos, com resultados os mais satisfatórios, além de aumentado o período de trabalho para 15 horas diárias, inclusive nos feriados e domingos, com três turmas distintas de pessoal, o que, aliás, seria aconselhável mesmo em épocas normais, tendo em vista o caráter precário da repartição, e, especialmente, o interesse do Poder Público em obter, quanto antes, os instrumentos orientadores da administração".

## É GRANDE A MASSA DOS RESULTADOS APURADOS

"Em verdade é considerável a massa de resultados já apurados e fornecidos ao Governo e outros órgãos oficiais, mas não divulgados ao público por motivos óbvios, que o estado de guerra impõe. E' interessante saber-se que, para atender a solicitação de comissões regionais incumbidas de estudar a revisão "quinquenal" da divisão territorial do país, o Serviço Nacional de Recenseamento elaborou um quadro para cada Unidade da Federação, em que os dados da população recenseada em 1940, bem como o número dos respectivos prédios, são apresentados discriminadamente por Município e seus

Distritos, segundo as situações urbana, suburbana e rural. Ainda sobre os cálculos já apurados, o Serviço Nacional de Recenseamento efetuou, para distribuição reservada, em sua maioria, 159 análises que demonstram a riqueza e oportunidade das conclusões a que conduzem, 14 estudos sobre a mortalidade nas cidades brasileiras, 10 estudos sobre a população dos novos territórios federais, 12 estudos sobre a aplicação do Censo Demográfico para reconstrução e emenda das estatísticas de movimento da população, e 44 estudos sobre assuntos econômicos, além de dezenas de outros trabalhos de investigação científica".

## A MARCHA DOS TRABALHOS

"Em março último, os trabalhos da fase de maior vulto, que exigiu numeroso efetivo de operadores e que diz respeito à crítica, à revisão geral e à codificação das respostas dadas aos quesitos dos questionários dos vários censos, ficaram ultimados em tôdas as seções componentes da Divisão Técnica, estando, por isso, no auge de suas atividades a Seção de Apuração Mecânica, para onde foram transmitidos os instrumentos de coleta devidamente preparados.

E' de esperar-se que em agosto do corrente ano as apurações de tôdas as particularidades do Censo Demográfico — o mais volumoso, por isto que cada indivíduo lhe representa uma unidade — estejam concluídas, para então prosseguirem, com maior intensidade, os trabalhos mecânicos relativos aos demais censos, cuja terminação está prevista para os primeiros meses do próximo exercício. E não há otimismo nessa afirmativa, sabido como é que muitos dos tipos de questionários dos censos econômicos, em virtude do número relativamente reduzido das unidades que lhes correspondem, tiveram apuração manual, já terminada.

O pessoal remanescente das Seções Técnicas, algumas delas totalmente extintas, ocupa-se da sistematização dos resultados vindos da apuração mecânica, não só revendo-os e analisando-os para verificação da coerência recíproca que, necessariamente, devem revelar, como transcrevendo-os para quadros organizados de forma a darem realce e expressão aos elementos que registram.

O resultado de tôdas essas elaborações se encaminham, a seguir, para a Divisão de Coordenação e Publicidade, que lhes promove o enquadramento final e definitivo visando sua publicação, bem como para o Gabinete Técnico, que os analisa e comenta em estudos do maior interesse e oportunidade".

## SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

Integra também a estrutura do Instituto este terceiro sistema nacional de órgãos de pesquisa, igualmente prepostos ao conhecimento das realidades brasileiras. Funciona, porém, apenas para a execução decenal do RECENSEAMENTO GERAL DA REPÚBLICA, que se realiza nos anos de milésimo 0, abrangendo os aspectos demográficos, econômicos e sociais. Assim, a terceira ala do Instituto constitui-se periodicamente, para funcionar por um quinquênio, a partir dos anos de milésimo 8. Dirigida pela COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL, com o auxílio de colégios análogos — *regionais e municipais*, — tem por órgãos executivos, constituindo o SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO: a Direção Central (subdividida em *Divisão Administrativa, Divisão Técnica, Divisão de Publicidade e Divisão de Coordenação*); as Delegacias Regionais (uma em cada Unidade da Federação); as *Delegacias Seccionais* (tantas quantas necessárias); as Delegacias Municipais (uma em cada Município).



## PLANO DE DIVULGAÇÃO

"A publicação dos resultados do Recenseamento Geral de 1940 se fará em duas séries, a nacional e a regional, compreendendo aquela tantos volumes quantos os censos executados, e esta, tantos outros quantos as Unidades da República, desdobrados os volumes nos tomos que a extensão da matéria exigir. Convém referir que a série regional, via de regra, discriminará os dados segundo os Municípios, mas estenderá especificações importantes, também aos distritos e zonas que os compõem. No que respeita à população e respectivos prédios, os cálculos correspondentes serão, ainda, distribuídos pelos quadros urbano, suburbano e rural, o que permitirá medidas administrativas do mais elevado alcance social.

Cada série será precedida de um volume introdutório que inclui monografias sobre aspectos básicos da vida brasileira, ou relatos e apreciações referentes à marcha dos serviços nos diversos âmbitos geográficos do país e que terão o mérito de constituir um valioso repositório de experiência para orientação das futuras operações censitárias, a se realizarem no Brasil decenalmente, conforme prescreve o Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938".

## O PRIMEIRO VOLUME APARECIDO

"Nesse particular, já se fez a distribuição aos órgãos oficiais, imprensa e autoridades civis, militares, religiosas e diplomáticas do país, do tomo n.º 1 do primeiro volume das publicações censitárias, constituído da monografia elaborada pelo professor Fernando de Azevedo — "A Cultura Brasileira" — cujo aparecimento despertou tal interesse que a Comissão Censitária se viu no dever de autorizar uma segunda tiragem da obra para venda ao público. A série dessas monografias será integrada de mais duas, já encomendadas, que versarão respectivamente sobre a formação étnica do nosso povo e sobre a evolução econômica do Brasil.

Como complemento, serão preparados volumes que condensem os principais aspectos quanto à população e a economia de cada Município, dispersos no conjunto das publicações, e, além disso, poderão ser editados volumes especiais com informações privativas e minuciosas das comunas que indenizarem apenas o custo da respectiva edição".

\*  
\* \*

## HOMEM AO LEME

Só nos faltava agora apresentar despedidas ao Dr. Teixeira de Freitas e seus assistentes, dando por encerrada a reportagem no Instituto. E' certo que muito haveria ainda que ver, no magnífico Serviço Gráfico da entidade, instalado na Praia Vermelha, bem assim em qualquer uma das cinco repartições ministeriais que lhe são filiadas, ou nas seções especializadas distribuídas por diferentes departamentos administrativos. Acontecia, porém, que o tempo disponível para o preparo dos originais estava esgotado

e o material recolhido já era mais do que suficiente para encher páginas e páginas. Soubemos, então, que o Embaixador Macedo Soares se encontrava na casa, despachando o expediente.

O Dr. Teixeira de Freitas demonstrou o desejo de levar-nos à presença de Sua Excelência. E enquanto nos conduzia ao seu gabinete — por onde passáramos duas horas antes — ia acentuando, com entusiasmo, o que tem sido, para a vida do Instituto, a orientação segura e devotada de seu Presidente.

— De nada valeria a dedicação do pessoal, aqui na metrópole, nas capitais dos Estados e Territórios e nas sedes municipais, se não tivéssemos ao leme uma figura de Chefe com as excepcionais qualidades do Embaixador Macedo Soares. Bem razão tinha o Presidente Vargas quando acentuou, certa vez, para demonstrar o seu interesse pela instituição, aliás inicialmente instalada no próprio Catete, que lhe dera "a sua casa e o seu Ministro". Dando-nos o "seu Ministro", deu-nos, de fato, um grande chefe. O êxito do Instituto é fruto, unicamente, da esclarecida, patriótica e prestigiosa direção superior do Embaixador Macedo Soares, tão bem secundada pelo descortino e espírito público dos ilustres membros dos nossos colégios dirigentes.

## ATENDENDO A UM PEDIDO

O Presidente do Instituto, de quem era o repórter velho conhecido, desde sua passagem pelos Ministérios do Exterior e da Justiça, recebeu-nos amavelmente, com aquela simplicidade acolhedora que dele sempre fez um dos homens públicos mais acessíveis aos rapazes da imprensa. Em poucos minutos de palestra, sentimos o quanto haviam sido justos os conceitos do Dr. Teixeira de Freitas. Impressionou-nos o seguro conhecimento que o Presidente do Instituto demonstrava, em relação às realizações da Estatística Brasileira, e a larga visão com que encarecia a importância dessas realizações, para a obra de organização nacional. Informado do objetivo de nossa visita, o Embaixador Macedo Soares teve um comentário amável:

— Fico-lhe muito grato pelo interesse que lhe mereceu o nosso Instituto. E peço-lhe que transmita êsse agradecimento à direção da "Revista do Serviço Público", sem favor, uma das mais notáveis realizações do D.A.S.P., no conjunto da obra benemérita que ele vem concretizando, sob a esclarecida Presidência de Luiz Simões Lopes.

E não deixe de consignar em sua reportagem que tudo quanto viu, nos diferentes setores do Instituto, resulta, principalmente, dos seguintes fatores de êxito: o apoio, a assistência e o interesse pessoal do Presidente Getúlio Vargas, criador e patrono do I.B.G.E., que tudo lhe deve; a boa vontade e elevada compreensão dos governos regionais e municipais; e a espontânea, patriótica e desinteressada colaboração das nossas grandes forças sociais, dentre as quais desejo ressaltar, principalmente, a Imprensa do país, que tantos e tão grandes serviços tem prestado à causa da Estatística.